



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

## UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



**Agcom**  
Agência de  
Comunicação  
da UFSC

**03 e 04 de dezembro de 2022**

“Como deter os ataques neonazistas nas escolas e nas universidades?”

Como deter os ataques neonazistas nas escolas e nas universidades? / Lia Vainer Schucman / Professora de Psicologia / Vice-Reitora / Joana Célia dos Passos / Centro de Ciências da Educação / Política de Enfrentamento ao Racismo Institucional / Campanha Antirracista e Antinazista / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina

A24

METRÓPOLE

SÁBADO, 3 DE DEZEMBRO DE 2022  
O ESTADO DE S. PAULO

Sociedade

## Como deter os ataques neonazistas nas escolas e nas universidades?

Antropóloga diz que células neonazistas quase dobraram em um ano; Observatório Judaico compila casos em instituições de ensino

LEON FERRARI

Pelas redes sociais e na deep web, considerado o submundo da internet, grupos extremistas se articulam e recrutam mais militantes; e células nazistas têm crescido pelo mundo. No Brasil, aumentam ataques neonazistas em escolas e universidades: de símbolos pichados, como na USP e na Unifesp esta semana, ao uso da suástica pelo atrador que matou três professoras e uma aluna em Aracruz (ES).

Segundo a ONU, grupos neonazistas já se tornaram uma “ameaça transnacional” e se aproveitaram da pandemia para expandir as redes. Segundo a antropóloga Adriana Dias, que acompanha esses movimentos, no ano passado eram 530 células neonazistas no Brasil e, neste ano, 1.117. Para especialistas, os ataques ao ambiente escolar são reflexo da alta de forma geral, mas também pelo fato de instituições de ensino serem, historicamente, espaços de disputa de ideologias.

**Reflexo social**  
Ataques em espaços de ensino estariam ligados à disputa de ideologias, observam especialistas

Gestores educacionais relatam ser difícil prever até que ponto mensagens rabisçadas podem virar uma violência de maior escala, mas sabem que são um sinal de alerta. Por isso, acionam autoridades policiais etentam conscientizar a comunidade acadêmica, aprimorar canais de denúncia e prestar acolhimento.

De 1º de julho a 30 de novembro, o Observatório Judaico de Direitos Humanos contabiliza 150 menções na imprensa



UFSC  
UFSC aprimorou canais de denúncias após registrar os casos

sa de eventos desse tipo em estabelecimentos de ensino — não necessariamente se tratam de 150 casos, pois a entidade aponta que é necessário aprofundar a checagem para filtrar eventuais ocorrências repetidas. O Estadão contabilizou ao menos dez ataques do tipo entre a última semana de outubro e 1.º de dezembro em quatro Estados: Santa Catarina, São Paulo, Minas e Espírito Santo.

Em Contagem (MG), um colégio público foi depredado e teve as paredes pichadas com suásticas e referências a Adolf Hitler. Uma exposição sobre o mês da Consciência Negra também foi destruída. Já a Federal de Santa Catarina (UFSC) encontrou mensagens nas paredes e foi alvo de carta apócrifa com ameaças.

No Brasil, a apologia ao nazismo é crime previsto na Lei do Racismo. Especialistas defendem educação antinazista, com formação crítica. Mas as escolas não podem estar sozinhas. A solução inclui identificar e reprimir infratores, além de coibir conteúdos discriminatórios nas redes. Há diversidade de ideologias e diferenças entre grupos neonazistas. “Têm ideologias excludentes e supremacistas, e que apontam determinados grupos que compõem a sociedade brasileira como alvo, que podem ser judeus, mas também negros, mulheres, grupos políticos de determinado lado ou espectro”, diz Daniel Douek, diretor do Instituto Brasil-Israel.

“Eles se organizam de várias formas, em especial, usam as redes sociais para defender suas ideias e, há uns dez anos, mais a deep web”, comenta Adriana. “Neste último de eleição, com a escalada ferrenha do ódio, muitos grupos que estavam silenciosos emergiram”, destaca a antropóloga, que também vê a impunidade e o crescimento da misoginia como fatores.

**ESPAÇO DE DISPUTA.** A escolha de instituições de ensino para ataques é simbólica, explica Lia Vainer Schucman, professora de Psicologia da UFSC. Segundo ela, isso ocorre porque a escola sempre foi um espaço de “disputa cultural de ideologias”. Ao mesmo tempo, ela vê um movimento de represália. “O maior campo de resistência à extrema-direita é a universidade.” A grande prevalência de casos em escolas também pode estar associada à repercussão dos ataques, que ganham atenção da mídia e das redes sociais. Estudos americanos já mostram que tiroteios em escolas podem ter efeito de “violência contagiosa”.

Entre autores de recentes ataques, há jovens homens brancos. “A juventude é o momento em que as pessoas procuram grupos para se sentirem pertencentes”, diz Lia. Ela avalia que a busca pelos grupos neonazistas parte, muitas vezes, do ressentimento ao ver que, aos poucos, as minorias sociais ganham espaço.

Silvia Colello, da Faculdade de Educação da USP, ainda vê impactos da pandemia. “Com os jovens ficando em casa, isso acirrou um pouco o posicionamento autocentrado, a intolé-

rância; ao mesmo tempo em que ficaram afastados de uma intervenção escolar de socialização”, complementa.

À volta das salas de aula após a covid foi marcada por parte dos alunos com comportamento mais agressivo ou problemas de convívio social. Segundo pesquisa do Instituto Península com escolas públicas e privadas, de junho, mais de 70% dos professores relatam “dificuldades de relacionamento” das crianças e adolescentes.

**RESPOSTAS.** Os últimos meses foram marcados por tensões na UFSC, narra a vice-reitora Joana Passos. Em setembro, conta, uma aluna quilombola e um estudante negro foram vítimas de pichações racistas no Centro de Educação. Em outubro, o Fantástico, da TV Globo, revelou uma operação da polícia que prendeu cinco suspeitos de elo com atividades neonazistas, incluindo alunos da instituição. No dia seguinte, rabiscos antissemitas foram achados no banheiro de uma unidade e houve mais dois casos parecidos no mes-

mo mês. Depois, uma carta apócrifa com ameaças nazistas foi encontrada nas paredes do câmpus de Florianópolis. A administração fez denúncia formal às autoridades de segurança. “Não podemos negligenciar essas manifestações, achando que são só pichações em banheiro”, diz.

Ao mesmo tempo, a instituição iniciou campanha antirracista e antinazista nos câmpus, com peças publicitárias e vídeos, além de estimular denúncias. A instituição aprovou ainda a Política de Enfrentamento ao Racismo Institucional — que inclui o nazismo como uma das formas de discriminação a ser combatida. Joana explica que o documento, além de facilitar a identificação de atos discriminatórios e dar orientações sobre denúncia e acolhimento das vítimas, busca fazer mudanças estruturais na universidade. Uma das frentes é aperfeiçoar a metodologia das cotas para servidores e docentes negros. “A gente quer formar engenheiros antirracistas, médicos antirracistas, humanos e sociais antirracistas. Precisamos de uma sociedade antirracista”, frisa.

**ARACRUZ.** Ao Estadão, o secretário da Educação capixaba, Vitor de Angelo, destaca que ainda não há como confirmar relação do adolescente com uma célula nazista. O que se sabe, conta, é que ele portava um adesivo com o símbolo da suástica nos dois braços. “O que isso significa ainda não sabemos. Se é admiração, simpatia, ligação orgânica, fonte de inspiração ou o quer que seja.”

Na quarta-feira, o governo apresentou ações emergenciais que cada pasta deve executar após o ataque. De Angelo avalia que ainda é “premature” apontar a necessidade de trabalho específico de combate ao nazismo no âmbito escolar, mas a equipe se debruça, no momento, em pensar em como trabalhar violência e intolerância no ano letivo de 2023. “Parece mais pertinente essa discussão, porque quando falamos de nazismo, falamos de uma experiência histórica concreta marcada no tempo, que agora se renova na forma de neonazismo. Mas, quando pensamos o neonazismo como forma de intolerância e de violência, abarcamos algo muito maior, que me parece ser aquilo do que estamos tratando: falamos, na verdade, de crime de ódio.”

Saiba mais

● O que fazer?

O primeiro passo, dizem os especialistas, é envolver autoridades de segurança. Ao mesmo tempo, é preciso ter atendimento psicossocial e espaços de conversa sobre o fato. O acolhimento de vítimas e familiares também é essencial. Especialistas defendem ainda investir em uma educação antinazista, com formação crítica sobre o assunto, bem como em campanhas nacionais que busquem combater a glorificação ao nazismo. Lia Schucman destaca que é preciso identificar infratores e aplicar sanções, além de desarticular células. Empresas responsáveis por redes sociais e aplicativos também precisam remover conteúdos com celeridade.

## Notícias do Dia

### Ideias

#### “Floripa Sustentável, hoje e no futuro”

Floripa Sustentável, hoje e no futuro / Roberto Costa / Movimento Floripa Sustentável / Pandemia / UFSC

# Floripa Sustentável, hoje e no futuro

Recentemente tive a oportunidade de fazer uma palestra no 3º Congresso de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, em que, ao contar a história da criação do Movimento Floripa Sustentável, aproveitei para falar sobre o presente e o futuro da nossa cidade. Fazendo uma rápida memória, lembrei do pequeno grupo que deu início ao movimento, primeiro Zena Becker, Vinícius Lummertz e eu, depois vieram Fernando Marcondes de Mattos, Anita Pires (então presidindo a FloripAmanhã), Carlos Leite e José Eduardo Fiates.

A ideia era audaciosa e ambiciosa: unir a cidade nos seus diversos segmentos para dar voz a uma maioria silenciosa por falta de motivação ou mesmo falta de coragem. Estruturamos o Movimento em quatro pilares: o crescimento econômico, o desenvolvimento social, a preservação ambiental e o planejamento urbano.

No manifesto de lançamento, descrevemos o que o Movimento pretendia: uma cidade que trilha caminhos criativos para gerar recursos que permitam cuidar melhor das pessoas num espaço urbano planejado; criar um ambiente de diálogo que leve a soluções colaborativas e inteligentes para a construção de um futuro generoso que a cidade e a nossa gente merecem; estimular um ecossistema de inovação que inspire os jovens e provoque a força produtiva a pensar “fora da caixa” em busca de uma cidade boa para todos.

Hoje com 45 entidades integrantes, somos um grupo apartidário, que reúne profissionais autônomos, ONGs, entidades de classe e representativas da comunidade, empreendedores, professores, estudantes e apaixonados em geral por Florianópolis. Nossa história tem marcos importantes.

Tivemos uma participação ativa para destravar a judicialização do Plano Diretor que acontecia desde a sua aprovação, em 2014. Em setembro de 2017, lideramos uma comitiva para conversar com membros do STJ, em Brasília, que definiu pelo afastamento do Ministério Público e da Justiça Federal, decisão mais do



**Nossa mais recente iniciativa também é um presente para Florianópolis: uma pesquisa para saber como a população vê a cidade.”**



CRISTIANO ANDUJAR/PMF/ND

que necessária naquele momento.

A partir daí se começou a discutir no Conselho da Cidade e junto aos órgãos técnicos da prefeitura a realização de ajustes e a revisão do Plano Diretor de 2014, que foi finalmente encaminhado à Câmara de Vereadores no final de setembro deste ano.

Nos mantivemos vigilantes e ativos durante a pandemia, e tivemos decisiva participação em episódios como nas greves de servidores públicos municipais e da Comcap, em que a população foi abandonada e até atos de violência foram registrados. Da mesma forma, abrimos o diálogo, tentamos a conciliação e a solução, mas protestamos veementemente contra a paralisação de praticamente dois anos da nossa UFSC por conta da pandemia.

Também fomos ver o mundo lá fora para trazer ideias para a nossa cidade. Promovemos e estimulamos missões como a que foi a Copenhague, Dinamarca, em agosto de 2018, para conhecer a famosa “Cidade para as Pessoas” do consagrado urbanista Jan Gehl. E, agora, em outubro deste ano, uma missão a Medellín, Colômbia, cidade que até a década de

90 era dominada pelo narcotráfico – e hoje é uma cidade inclusiva, inovadora e educadora, talvez “a melhor esquina” da América do Sul.

Apesar de mirarmos em outros exemplos, temos que olhar para os indicadores da nossa cidade. Temos ótimos índices em diversos setores, mas o nosso Índice de Desenvolvimento Sustentável ainda não está num nível alto. Atualmente este índice é de 60,37/100 e estamos em 90º lugar entre as 5.570 cidades brasileiras.

Quais os principais desafios políticos e territoriais da nossa cidade? Somos um município 70/30. Temos 70% de áreas protegidas (unidades de conservação e áreas verdes). Como atingir os demais preceitos de sustentabilidade social e econômica nesses 30% restantes? Este é o grande desafio para os ajustes e a revisão do Plano Diretor.

Temos um péssimo índice que atrapalha muito o nosso crescimento sustentável. Somos uma cidade que tem apenas 57% de esgoto tratado. A nossa capital aparece em 60º lugar na 14ª edição do ranking de saneamento divulgado pelo Instituto Trata Brasil. Entre as capitais

**ROBERTO COSTA**

Publicitário, do grupo fundador do Floripa Sustentável  
✉ [rcosta@propague.com.br](mailto:rcosta@propague.com.br)



estamos em 15º lugar. Melhorar esse índice é um grande desafio para os nossos órgãos públicos.

Nessa memória cabe destacar também três entre as diversas ações que tiveram o Floripa Sustentável como protagonista nos últimos anos: o encaminhamento do processo do Parque Marina Beira-Mar junto às instâncias estaduais e municipais competentes; a obtenção de apoios para o novo Parque do Remo na região da Rita Maria; e a adoção pela iniciativa privada da praça Forte São Luís, na esquina das avenidas Mauro Ramos e Beira-Mar Norte, em parceria com a FloripAmanhã, um antigo sonho dos florianopolitanos.

Nossa mais recente iniciativa também é um presente para a cidade: uma pesquisa que promovemos em maio e junho, feita pelo Instituto Mapa e apoiada por Fiesc e Fecomércio, para saber como a população vê a cidade agora e no futuro. A nota que a população deu para Floripa foi 8,4.

A população revela que deseja viver numa cidade moderna, mas que também saiba preservar sua história e privilegiada natureza, com soluções de centralidade de serviços, moradia e trabalho nos bairros, evitando uma maior pressão sobre a já impactada mobilidade e infraestrutura urbana e com um modelo econômico de prosperidade baseado nos setores ligados ao turismo e à inovação, trazendo ainda mais qualidade de vida para os cidadãos.

Agora com três novos gestores, Daniel Leipnitz, Gerson Schmitt e Luiz Gonzaga Coelho, é um orgulho para todos nós fazer parte de um movimento que mudou a vida de Florianópolis e que já é modelo para outras cidades brasileiras. Há muitos desafios, ainda há muito o que fazer. As 45 entidades que compõem o Floripa Sustentável têm plena consciência disso – por isso estão permanentemente ativas e vigilantes na luta para fazer uma Florianópolis cada vez melhor.

“Os impactos e o desafio do alargamento da praia central”

Os impactos e o desafio do alargamento da praia central / Balneário Camboriú /  
Paulo Horta / Professor de Ecologia e Oceanografia / Universidade Federal de  
Santa Catarina / UFSC



Especialistas alerta sobre a elevação do nível do mar, alterações na biodiversidade e a falta de estudos sobre efeitos do alargamento da orla

Passado um ano da obra em Balneário Camboriú, especialistas alertam para influência de mudanças climáticas. Prefeitura diz que alargamento é estável e planeja mais trabalhos envolvendo vegetação e drenagem

JOANA CALDAS  
joana.caldas@nsc.com.br

Há um ano a faixa de areia na Praia Central de Balneário Camboriú, no Litoral Norte catarinense, passou de 25 para 70 metros. A conclusão da megaobra ocorreu em 3 de dezembro de 2021, nove meses após o início dos trabalhos. Desde então, alguns episódios chamam a atenção no local, como os aparecimentos de “degraus” e a lagoas. O geólogo e professor da Universidade Regional de Blumenau (Furb) Juarês José Aumond também falou sobre a possibilidade de a água, com a elevação do nível do mar, passar por baixo do alargamento.

– Essa água vai migrar subterraneamente até a área litorânea, onde está a cidade. Vai migrar nas bocas de lobo, nos sanitários mais baixos – declara.

Outro problema que pode ocorrer, segundo ele, é a salinização da água.

– Teremos um tratamento de água mais complicado – resume Aumond.

Especialistas ouvidos pela reportagem também se preocupam com a influência da obra na flora e fauna da praia.

– Estamos mudando ecossistema marinho, começaram a aparecer tubarões – diz Aumond, ao se referir aos cerca de 30 animais vistos entre agosto e outubro de 2021, durante as obras.

O professor de ecologia e oceanografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Paulo Horta diz que falta conhecimento sobre a real situação da biodiversidade do lugar:

– A gente precisa identificar os sistemas que foram perdidos com o engordamento, toda a flora comprometida nos costões. Essas formações podem ser restauradas, isso ajuda que a vida retorne com mais velocidade. Não sabe qual o tamanho do comprometimento porque os estudos não tiveram a necessária abrangência para as áreas adjacentes – complementa Horta.

Aumond explica que um dos fatores para a elevação do nível do mar é o aquecimento global:

– O CO2 (gás carbônico) é o grande provocador do efeito estufa. Mudanças climáticas sempre ocorreram e foram processos naturais. Nesses 4,5 milhões de anos da Terra, pela primeira vez uma única espécie está conseguindo mudar isso, provocando uma aceleração do aquecimento global.

Uma ação para aliviar esses problemas foi sugerida por Paulo Horta:

– Plantando restinga, marisma, vegetação que vai segurar a areia e vai absorver gás carbônico.

Essa solução, do plantio de restinga, é uma exigência do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) para dar o licenciamento ambiental para a obra de alargamento. Um projeto-piloto de plantio de mudas de restinga foi feito na Barra Sul no meio do ano para que se possa verificar como a vegetação vai se comportar ao longo do tempo.

A secretária municipal do Meio Ambiente, Maria Heloisa Lenzi, afirma que há 700 metros quadrados de plantio em 13 bolsões “para avaliar o desenvolvimento da restinga”. Foram plantadas quatro espécies:

Ipomea pes-caprae (pé-de-cabra), Blutaparon portulacoides, Hydrocotyle bonariensis (erva-capitão) e Panicum racemosum (capim-das-dunas).

– Todas são espécies de restinga herbácea que não crescem mais do que alguns centímetros. As mudas estão se desenvolvendo bem e estão sendo monitoradas pela empresa responsável e pela Semam (Secretaria Municipal do Meio Ambiente). Sempre que necessário, estão sendo replantadas – diz a secretária.

O plantio no restante da orla, porém, será feito após a reurbanização (veja mais informações abaixo) da Praia Central, confirmou a secretária.

Sobre estudos relacionados à biodiversidade, Maria Heloisa diz houve programa com monitoramento semanal na fase das obras e agora há alguns com periodicidade mensal e outros trimestral. Em relação à elevação do nível do mar, o gestor do Fundo de Outorga Onerosa de Transferência do Potencial Construtivo (FETPC) de Balneário Camboriú, Rubens Spornau, diz que o alargamento levou isso em conta.

– O projeto pegou os níveis máximos em 100 anos para definir isso, acima da maré a altura que protegeria a infraestrutura urbana, os prédios – declara Spornau.

Já a macrodrenagem foi citada por ele como uma forma de evitar que a água transborde nas bocas de lobo. Segundo o gestor do FETPC, não há conexão entre o mar e esse sistema.

– Somos uma cidade costeira, com a maré alta vamos ter problemas com drenagem – afirma.



Acesse outros conteúdos em [nsctotal.com.br](http://nsctotal.com.br)



Trecho da praia tem um “degrau”, que exige atenção dos banhistas e quem curte a praia após o alargamento

## Projetos futuros

Segundo o gestor do Fundo de Outorga Onerosa de Transferência do Potencial Construtivo (FETPC) de Balneário Camboriú, Rubens Spernau, a obra está “estável”.

– Nós recriamos um espaço, um ambiente mais desejado por todos. De fato, a praia tem sido usada por banhistas, lazer, caminhadas. Está com muita vida. Estamos com um projeto de urbanização nos encaminhamentos finais, só adicional de macrodrenagem. Só temos um pequeno processo erosivo na região Sul, que já era previsto – diz Spernau, que também é engenheiro.

Spernau se refere ao “degrau”, chamado de escarpa, e a lagoa, que têm aparecido na Barra Sul desde março. O geólogo e professor da Universidade Regional de Blumenau (Furb) Juarês José Aumond diz que “esses degraus aparecem, vão desaparecer, vão aparecer, assim como essa lagoa, também vai aparecer, desaparecer. O mar tem a sua dinâmica, vai voltar e resgatar aquilo que é dela”.

Spernau explica como os fenômenos ocorrem:

– É uma refração da onda. Bate no molhe e cria processo de movimentação forte de areia.

A prefeitura quer fazer um processo de estabilização desse processo, através da instalação de geotubos. Segundo o engenheiro e diretor de planejamento e gestão orçamentária do município, Toni Fausto Fraimer, esses tubos são bolsas de grande volume de areia usados para conter o avanço da erosão.

Sobre quando isso será feito, Spernau afirma que o município aguarda autorização ambiental.



A natureza resgata tudo o que é dela de novo, é uma questão de tempo. Se vão ser cinco, 20 anos, não se sabe

**JUARÊS JOSÉ AUMOND,**  
geólogo e professor da Furb

## Outros projetos

O projeto de urbanização, que inclui a ampliação do calçadão na Avenida Atlântica, em frente à Praia Central, teve as primeiras imagens divulgadas logo após o término da obra, durante o evento de inauguração da temporada de verão passada na cidade, em 4 de dezembro de 2021.

Naquela ocasião, a previsão era de que as obras começassem neste ano. Porém, o gestor do Fundo de Outorga Onerosa de Transferência do Potencial Construtivo (FETPC) de Balneário Camboriú, Rubens Spernau, diz que faltam algumas etapas. O projeto, feito por uma empresa de arquitetura do Rio de Janeiro, ficou pronto em 19 de julho deste ano, segundo ele.

– Falta o projeto executivo final, não só parte de paisagismo, mas da infraestrutura, da drenagem até muros de limitação entre praia, microdrenagem, macrodrenagem. A gente deve estar recebendo isso até final de dezembro – afirma Spernau.

Ele também diz, porém, que as obras devem começar depois do verão, já que é difícil fazer a obra durante a temporada. Spernau prevê o início dos trabalhos para abril e diz que a ideia é fazer, inicialmente, 350 metros do projeto para que se possa fazer uma avaliação:

– Não se pode fazer obra em toda a praia. Um trecho que você interdita, limita o acesso à praia, traz transtornos aos estabelecimentos comerciais, para os imóveis. Faz-se uma parte, libera e faz outra, para não criar transtornos – pondera.

Além disso, algumas etapas previstas para depois da obra de alargamento ainda não estão prontas. Entre elas, a ampliação do calçadão e o plantio de restinga, uma exigência do licenciamento ambiental da obra.



Nós recriamos um espaço, um ambiente mais desejado por todos

**RUBENS SPERNAU,**  
gestor do FETPC de Balneário Camboriú



\*O colunista Evandro de Assis está em férias e volta a escrever neste espaço na edição do dia 10 de dezembro.

**DC Revista, AN Revista e Santa Revista (03.12 – 09.12.2022)**

**Capa e Reportagem Especial**

“Originário SC: A voz dos herdeiros da terra”

Originário SC: A voz dos herdeiros da terra / Guarani / Kaingang / Xokleng / Xetá / Sílvio Coelho dos Santos / Floriano da Silva / Formado em Licenciatura Intercultural do Sul da Mata Atlântica / Marco temporal / Carli Caxias Popó / Editora da UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC

**Capa DC**



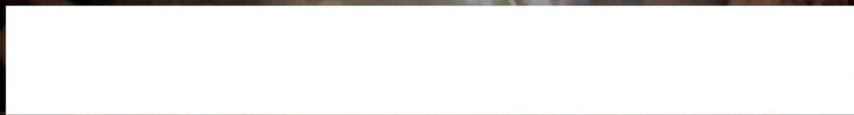


DE 3 A 9 DE DEZEMBRO DE 2022

# QUEM SÃO OS ORIGINÁRIOS

Reportagem especial percorreu estradas e viajou de barco para mostrar quem são, onde estão e como os povos originários vivem em Santa Catarina

PÁGINAS 29 a 45



**nsc** SANTA

DE 3 A 9 DE DEZEMBRO DE 2022

Paula Mongconãm é  
uma das lideranças  
da juventude Xokleng,  
no Alto Vale do Itajaí

# QUEM SÃO OS ORIGINÁRIOS

Reportagem especial percorreu estradas e viajou de barco para mostrar quem são, onde estão e como os povos originários vivem em Santa Catarina  
PÁGINAS 29 a 45





# ORIGINÁRIOS SC

A voz dos herdeiros da terra

SIRIJU FREITAS, ESPECIAL

**PARA ESSA REPORTAGEM ESPECIAL A NSC PERCORREU  
ESTRADAS E VIAJOU DE BARCO PARA MOSTRAR QUEM SÃO,  
ONDE ESTÃO E COMO VIVEM EM SC OS POVOS ORIGINÁRIOS**

Design **CILIANE PEREIRA** ♦ Reportagem **ÂNGELA BASTOS** ♦ Edição **EVERTON SIEMANN**

[ciliane.gularte@nsc.com.br](mailto:ciliane.gularte@nsc.com.br) • [angela.bastos@nsc.com.br](mailto:angela.bastos@nsc.com.br) • [everton.siemann@nsc.com.br](mailto:everton.siemann@nsc.com.br)

Q

ÂNGELA BASTOS  
angela.bastos@nsc.com.br

Quando a frota de Pedro Álvares Cabral singrou as águas esverdeadas da Bahia, na região Sul de Pindorama e onde hoje é Santa Catarina, viviam os povos indígenas Guarani, Kaingang e Xokleng. Pela proximidade do mar, foram os Guarani, chamados de Carijó, os primeiros a serem contatados. Igualmente a serem escravizados. Mais distantes do litoral, os Kaingang e Xokleng só foram vistos mais de 200 anos depois, por volta de 1730, quando os paulistas iniciaram as rotas de comércio com o Rio Grande do Sul, tendo os tropeiros como desbravadores. Seriam condenados ao mesmo destino dos Carijó: praticamente dizimados.

Nesta reportagem especial vamos mostrar quem são, onde estão e como vivem em Santa Catarina os povos originários. O trabalho é resultado de uma ideia que nasceu em 2020, mas foi atrasado pela pandemia do coronavírus. Nos últimos oito meses, percorremos estradas, viajamos de barco, enfiamos o pé no barro e soltamos o drone para, do alto, acompanharmos o dia a dia nas aldeias. Do ritual Kaingang na noite fria e escura no Oeste do Estado, passando pelo silencioso acesso ao cemitério Guarani, até encontrar a vigorosa juventude Xokleng que guerreia contra o marco temporal e o iminente esbulho do próprio território. Nas próximas páginas, o leitor conhecerá estudantes indígenas que, por meio da Lei das Cotas acessaram a universidade para, como uma flecha rumo ao alvo, continuar as lutas e reivindicações do povo. Assim como fazem benzedeadas, professores, lideranças políticas e representativas de pessoas com imensa capacidade de resistência, apesar das injustiças e incertezas.

#### DIÁRIO DE BORDO

Quando veio a ideia desta reportagem, pensei: quero compartilhar com o público as vivências que terei. Imaginei um Diário de Bordo, um espaço multimídia, com áudio, vídeos e fotografias em que conto como foi, por exemplo, quando me vi frente a frente com Rondon Xetá, 57 anos, lá em Ipuacu, no Oeste do Estado. Ele é um dos cinco Xetá vivos, já que seu povo não suportou às violências impostas pelos brancos. Naquela manhã de domingo, 22 de maio, lembrei-me do que escreveram os repórteres da Revista Time, quando, em 1959, foram ao Paraná conhecer a etnia: “Eles são remanescentes dos últimos índios da idade da pedra”. Por personagens da singularidade de Rondon Xetá eu convidei você a ler esta reportagem.

Desejo que esta reportagem seja um instrumento de apoio à causa indígena. Procuramos retratar uma história de luta pela sobrevivência, e também teimosia cultural. Já disse o poeta, a documentação comprobatória não só é feita de papel, mas igualmente verdadeira se saída de seus protagonistas. Entendo ser as memórias destes indígenas tão importante quanto à verve deixada por tanta gente boa, e me veio à mente o professor Silvio Coelho dos Santos, que não se encontra mais fisicamente entre nós. Mas que segue como referência para quem quiser compreender os povos originários de Santa Catarina.

#### OS BATISMOS DO NOME BRASIL

até 1500, prevalecia o nome de

**PINDORAMA**

como os originários diziam com base no tupi-guarani (pindó-rama ou pindó-retama, “terra/lugar/região das palmeiras”). Depois, sucedem-se:

TERRA DE VERA CRUZ (1500),

TERRA DE SANTA CRUZ (1501),

TERRA PAPAGALLI (1502),

MUNDUS NOVUS (1503),

AMÉRICA (1507),

TERRA DO BRASIL (1507),

ÍNDIA OCIDENTAL (1578).

No século 19,

**BRAZIL** com z.

A partir do século 20,

**BRASIL**

com s, como usamos hoje.



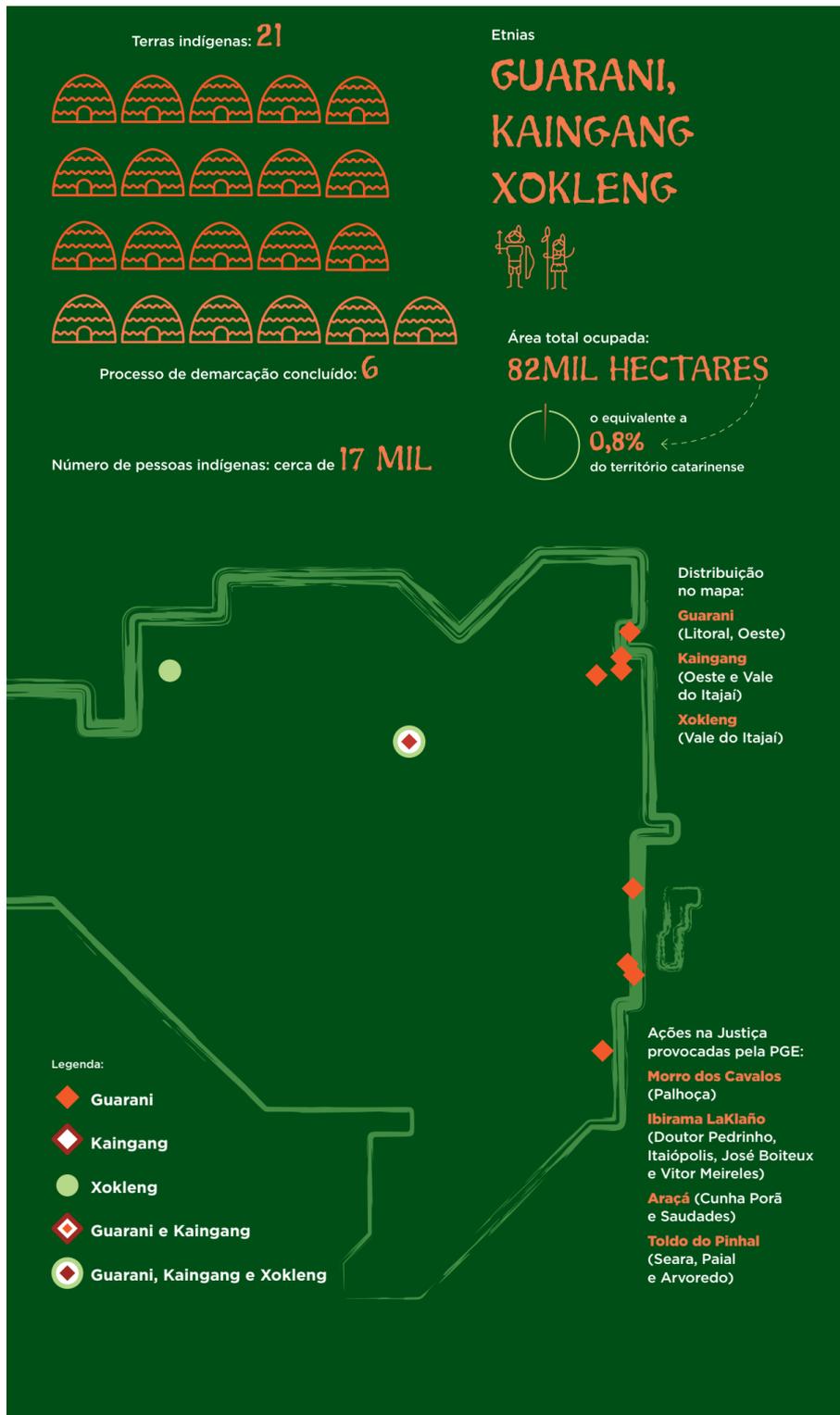
Escaneie o código ao lado e confira o Diário de Bordo



#### Terras indígenas em Santa Catarina

Nome	Área (ha)	Habitada pela(s) etnia(s)
Aldeia Kondá	2.300	Kaingang
Cachoeira dos Inácios	80	Guarani e Guarani Mbya
Garuva	-	Guarani e Guarani Mbya
Guarani de Araçá'i	2.721	Guarani e Guarani Nandeva
Ibirama-La Klãnô	37.018	Guarani, Guarani Mbya, Guarani Nandeva, Kaingang e Xokleng
Massiambu/Palhoça	-	Guarani e Guarani Mbya
Mbiguaçu	59	Guarani, Guarani Mbya e Guarani Nandeva
Morro Alto	893	Guarani e Guarani Mbya
Morro dos Cavalos	1.988	Guarani, Guarani Mbya e Guarani Nandeva
Palmas	3.800	Kaingang
Pindoty	3.294	Guarani e Guarani Mbya
Pirai	3.017	Guarani e Guarani Mbya
Rio dos Pardos	758	Xokleng
Tarumã	2.172	Guarani e Guarani Mbya
Toldo Chimbangue	988	Kaingang
Toldo Chimbangue II	954	Guarani, Guarani Mbya, Guarani Nandeva e Kaingang
Toldo Imbu	1.965	Kaingang
Toldo Pinhal	4.846	Kaingang
Xapecó	15.623	Guarani, Guarani Mbya e Kaingang
Xapecó Glebas A e B	660	Kaingang
Ygua Porã	-	Guarani

FONTE: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA)



## Os números de uma luta

O Instituto Socioambiental (ISA) aponta 21 terras indígenas (TI), nas quais vivem povos Guarani, Kaingang e Xokleng. Estima-se que sejam em torno de 17 mil pessoas sobre 82 mil hectares no Estado. Há pelo menos 120 anos terras indígenas são reservadas em Santa Catarina. Em 1902, ainda antes da Guerra do Contestado (1912-1916), foi designada a Terra Indígena Xaçepó (pelo então governo do Estado do Paraná), localizada no cruzamento dos rios Xaçepó e Chapecozinho, entre os atuais municípios de Ipuçu e Entre Rios. Distante 30 quilômetros de Xanxerê e a 70 quilômetros de Chapecó, a área abrange 16 aldeias espalhadas em quase 16 mil hectares. Em torno de 6 mil são Kaingang. Algumas famílias pertencem ao povo Guarani.

Juntas, as TIs equivalem a 0,8% do chão barriga-verde. Uma extensão pequena se comparada com o tamanho do território estadual, o qual se espalha por 95 mil quilômetros quadrados. Ainda assim, em quatro delas a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) discute a demarcação com ações na Justiça: Morro dos Cavalos (Palhoça), Ibirama LaKlaño (Doutor Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux e Vitor Meireles), Araçá (Cunha Porã e Saudades) e Toldo do Pinhal (Seara, Paial e Arvoredo).

Do total, apenas seis territórios possuem o processo de demarcação 100% concluído. Isso quer dizer que a área foi demarcada e homologada, com registro no cartório de imóveis da comarca correspondente, e na Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A maioria das TIs está com os Guarani, em 2º lugar com os Kaingang e, por último, com os Xokleng.

Na Grande Florianópolis há cerca de 10 aldeias (Tekoa). Os Guarani apontam a TI Morro dos Cavalos como a mais antiga da região. Entre as áreas reivindicadas por tradicionalidade, nenhuma está regularizada, sendo que somente a Terra Indígena M'Biguaçu, em Biguaçu, foi homologada.

No Brasil, apenas 13,8% de todas as terras do país são reservadas aos povos originários. São 725 terras indígenas (em diferentes etapas do processo de demarcação), conforme o ISA. Destas, somente 487 foram homologadas (quando o processo de demarcação foi concluído) desde 1988. O governo de Jair Bolsonaro (PL) é o primeiro, desde a redemocratização do Brasil, a não demarcar nenhuma terra indígena.

# OS GUARANI E A AMÉRICA DO SOL



Os Guarani formaram a maior nação indígena que já existiu na América do Sul, ou do Sol, como gostam de dizer. Há pelo menos 2 mil anos eles têm a maior presença territorial do continente. No século 16 somavam 2 milhões. Hoje são cerca de 280 mil e espalhados por países como Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia. Em solo brasileiro seriam 51 mil. Em Santa Catarina, calcula-se em torno de 2 mil Guarani.

O novo censo demográfico do IBGE, em andamento, vai conseguir estimar a população indígena no país. No Estado, os Guarani encontram-se em aldeias no Litoral, Meio-Oeste, Oeste e Extremo-Oeste. Em algumas terras indígenas, existem famílias Guarani compondo espaços com Kaingang e Laklãnô-Xokleng em áreas demarcadas para estas etnias.

Mas eles também são acolhedores: há famílias dos outros povos nos territórios dos Guarani. Além de viverem em Santa Catarina, encontram-se em outros estados: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Pará. Dividem-se em três subgrupos: Nandeva e Mbya (Sul) e os Kaio-wá (Mato Grosso). Independente do lugar, eles têm em comum língua, história, cultura, cosmovisão. Os Guarani são agricultores e também sobrevivem da venda do artesanato nas áreas urbanas.

As aldeias Guarani não são muito numerosas. Quase sempre ocupadas por poucos indivíduos que se juntam para formar uma família extensa. Selado por laços de parentesco, o agrupamento tem como principais características a relação com o território chamado de Tekoa. Os terrenos seguem uma espécie de desenho comum: casas, áreas de plantações e ou de floresta, oka (destinada para atividades comunitárias), opy (casa de reza).

É na opy que as figuras dos anciãos e das anciãs se destacam com os saberes e conselhos, onde se ritualiza a contação de histórias sobre origem, tradições e costumes. Os Guarani sabem os inimigos que os cercam. Para eles, a questão do território é vital. Desconhecimento da própria história e distanciamento dos parentes colocam em risco o modo de vida.

## FILHOS DO VENTO

Guarani quer dizer guerreiro indomável, filho de Curupi com Ceá-Yari, povo livre como tempestade, que se espalhava irregularmente pela vasta planície das várzeas lamacentas dos três grandes rios do Prata – o Paraná, o Paraguai e o Uruguai, atingindo quase toda Bolívia e grande parte da Argentina até as mesetas (camínhos) da Patagônia.

No fim do século 17, foram criados aldeamentos, também chamados de reduções ou missões. Porém, em 1750, é assinado o Tratado de Madri, resultando na entrega da Colônia de Sacramento para a Espanha, enquanto Portugal receberia, em troca, os territórios onde situavam-se as reduções missionárias. Jesuítas e indígenas não aceitaram, resultando na Guerra Guarânica. Resultado: um massacre indígena e a destruição de boa parte das reduções.



Escaneie o código e conheça a história de **Kerexu Yxapyry**, a Guarani que mora em SC e é uma das maiores lideranças indígenas do país





## A “aldeia harmônica”

A Terra Indígena Guarani Tekoa Marangatu situa-se no município de Imaruí, a 115 quilômetros ao Sul de Florianópolis. O nome significa “aldeia harmônica” e foi dado por uma rezadora indígena, a ainda moradora Maria da Silva Guimarães, que levou em conta a natureza ao redor. Chega-se em Marangatu pela Estrada Geral Riacho Ana Matias, de onde se avistam matas, montanhas, pequenos cursos de água, muitos pássaros. A área tem 74,6 hectares e juridicamente encontra-se na situação de reservada, perto do final do processo.

Cerca de 180 pessoas, de 40 famílias, vivem no lugar. Diferentemente de outras reservas, a área foi criada por uma situação bem específica. Em novembro de 1999, algumas famílias da aldeia do Maciambu, em Palhoça, mudaram-se para o terreno adquirido como compensação pela passagem do sistema de tubulação do gasoduto Bolívia-Brasil. O terreno foi comprado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Floriano da Silva é orientador educacional na escola da comunidade. Formado em Licenciatura Intercultural do Sul da Mata Atlântica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), defendeu o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o título “Comida Guarani na Aldeia Tekoa Marangatu na atualidade”, no qual discorre sobre o comportamento de crianças e jovens diante da alimentação tradicional e do apelo pelos produtos industrializados.

A complexidade pode ser vista na escola. A merenda, fornecida pelo Estado e município, inclui macarrão, arroz, feijão, açúcar, café, farinha de trigo, fubá, carnes. Inicialmente, eram inseridas também abóbora, batata-doce, leguminosas. Mas os educadores perceberam que os alunos praticamente não comiam.

– A gente trabalha com professores, alunos e famílias para mudar esta mentalidade e manter a nossa alimentação tradicional – comenta o orientador educacional.

Algumas iniciativas dão resultados. Famílias cuidam de uma horta comunitária, onde o cultivo é orgânico, e são organizados canteiros com ervas para chás. Em 2016 foi construída uma padaria, resultado do Programa SC Rural com apoio do Banco Mundial e parceria da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Nos pães e biscoitos são inseridos produtos cultivados nas roças, como batata doce, aipim, milho.

A ideia veio dos indígenas para reforçar a alimentação nas casas e na merenda escolar, além de beneficiar as famílias com geração de renda e um pão mais saudável.



**Comidas típicas, como o milho, são sagradas e fornecidas por Nhanderu. Mas as crianças gostam de comida industrializada**

**FLORIANO DA SILVA, orientador educacional**



**Tekoa:** Território

**Opy:** Casa de Reza

**Oka:** Espaço para atividades comunitárias

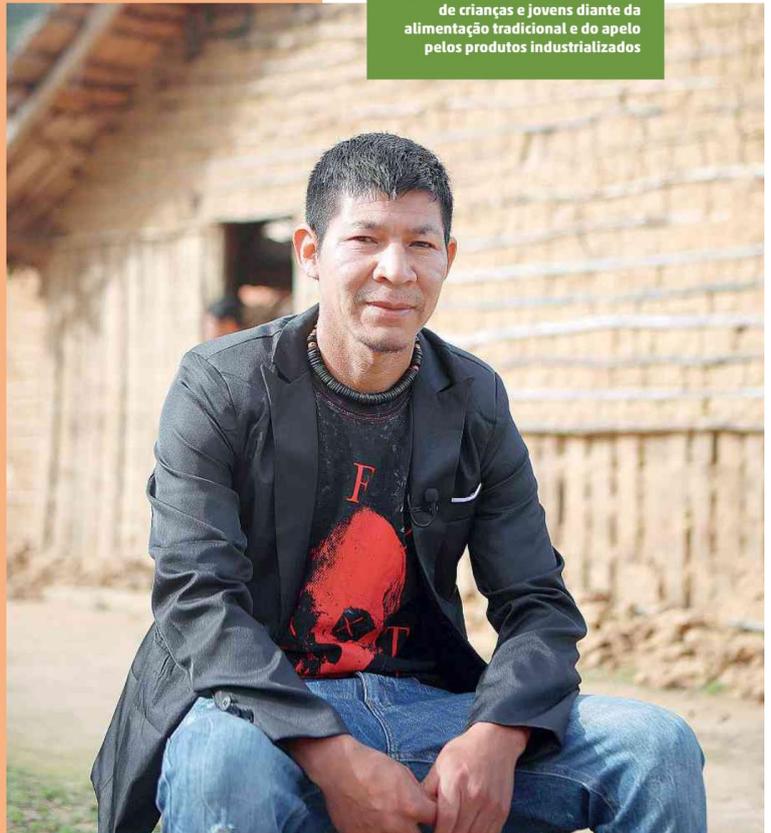
**Alunos da escola da comunidade em Imaruí**

**TERRA INDÍGENA GUARANI TEKOA MARANGATU**

**LOCALIZAÇÃO: IMARUÍ**

**ÁREA: 74,6 HECTARES**

**POPULAÇÃO: 40 FAMÍLIAS, CERCA DE 180 PESSOAS**



Formado em Licenciatura Intercultural do Sul da Mata Atlântica pela UFSC, Floriano estudou o comportamento de crianças e jovens diante da alimentação tradicional e do apelo pelos produtos industrializados



FOTOGRAFIA: FABRICA INDÚSTRIAS



## “Preservar a língua é o ponto principal”, diz pesquisador de Marangatu

Na Marangatu, Fabiano Alves é chamado de Karai, que significa homem sábio. Graduado em pedagogia, ele é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), onde pesquisa o modo de viver Guarani. O campo de trabalho do primeiro aluno indígena do programa é a aldeia onde vive. O trabalho foca na religião, nos costumes, na língua:

– Para nós, tudo está interligado. Dentro da nossa cosmologia, a espiritualidade e o meio ambiente estão interligados – conta Alves.

Ele explica que, com o trabalho, pretende indicar à sociedade a cultura milenar do povo indígena. Quer ir além, e mostrar que apesar dos desafios, está sendo mantida:

– A gente valoriza a nossa língua, a tradição, a comida, a música. Tudo isso faz parte do nosso modo de ser e de viver.

Para ele, a manutenção da língua Guarani é vital:

– Acho que preservar a língua é o ponto principal. Dentro da aldeia, a gente sempre fala em Guarani. Começa com as crianças no dia a dia, segue com os jovens e anciãos e com isso a gente resguarda a nossa identidade.

A linguagem digital também está presente.

– A gente utiliza as redes sociais, têm grupos nos aplicativos, mas segue com a nossa essência. Tem gente que acha estranho e diz que os indígenas não são mais os mesmos, mas nós não entendemos assim e como as outras pessoas usamos a tecnologia em nosso favor.

Para o indígena pesquisador, este pensamento sobre o impacto das redes no modo de vida indígena revela preconceito:

– Se a gente usa celular, dizem isso. Se a gente não usar, dizem que estamos atrasados. O mesmo vale para o vestuário. Se usamos certas roupas, é porque não somos mais como antes. Mas por acaso a gente vai andar sem roupas, como era no começo? – questiona.



A gente utiliza as redes sociais, têm grupos nos aplicativos, mas segue com nossa essência

**FABIANO ALVES,**  
pedagogo



**TERRA INDÍGENA GUARANI**  
**TEKOA YUNN MOROTI**  
**WHERÁ**

**LOCALIZAÇÃO:**  
**BIGUAÇU**

**ÁREA: 59 HECTARES**



**COMUNIDADE MORRO DOS CAVALOS**

**LOCALIZAÇÃO:**  
**PALHOÇA**

**ÁREA: 2 MIL HECTARES**

**O QUE INCLUI:**  
**A COMUNIDADE MORRO DOS CAVALOS É FORMADA PELAS ALDEIAS ITATY, YAKÁ PORÃ E O CENTRO DE FORMAÇÃO TATAENDY RUPA. TAMBÉM ESTÁ INCLUÍDA A TERRA INDÍGENA MASSIAMBU PIRA RUPÁ.**



## Aldeia “reflexo da água cristalina”

Nas andanças pelas aldeias a gente aprende muitas coisas. Uma delas é que os Guarani para verem a terra, olham para o céu. Esta leitura dos movimentos celestes é conhecida como Etnoastronomia. Com esta interpretação, eles elaboram o calendário cosmológico, o chamado Apyka Miri, o qual conta a passagem do tempo, marca o clima, ensina o momento certo para plantar, pescar, extrair o mel. Tudo em sintonia com Nhanderu Tenonde (o Pai Criador) e com Nhamandu (o Pai Sol).

Esta conexão astronomia e religião dá suporte à agricultura Guarani e permite rituais como o Nhemongaraí, quando ocorre o benzimento de alimentos e das sementes, e batizados de crianças. A reportagem acompanhou um desses momentos na Tekoa Yynn Moroti Wherá, a Aldeia Reflexo da Água Cristalina. Com 59 hectares, a M'Biguaçu está homologada e demarcada. Cortada pela BR-101 e próxima ao bairro São Miguel, no município de Biguaçu, é dos Guarani Mbyá, que na língua Guarani significa gente. A presença de não-indígenas neste lugar sagrado é incomum. Tivemos a autorização prévia das lideranças espirituais e políticas. Era manhã de 16 de maio, temperatura em torno de 12 °C, quando chegamos para testemunhar o ritual. Devido à sacralidade da relação com os alimentos, os moradores se juntaram para celebrar o plantio do milho. O cenário foi a Opy, a Casa de Reza, com as paredes cobertas de barro e de palha. Eles acreditam que o barro impeça que espíritos ruins entrem na Opy, que se pronuncia Opá.

A construção da Opy leva em conta o lugar onde o sol nasce, a morada de Tupã. O

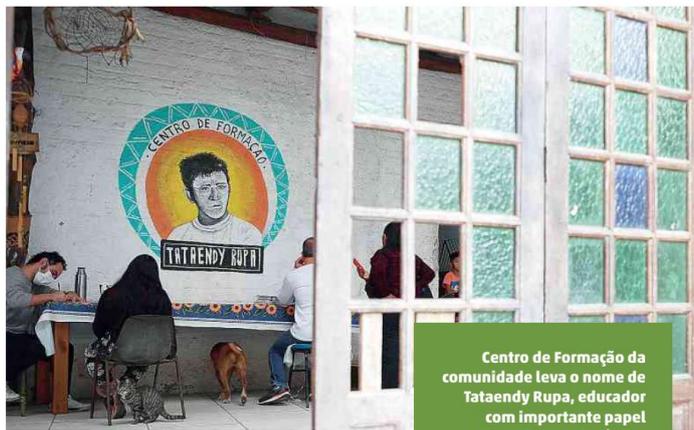
acesso se dá apenas por uma porta. O espaço ficou cheio para o ritual. A participação das crianças é muito valorizada. Por serem consideradas mais puras, acredita-se que tenham maiores condições de receber palavras e conhecimentos do pai Nhanderu. A casa tem chão de terra batida. Mais tarde, assim como os adultos, alguns meninos fumariam o petynguá (cachimbo sagrado para os Guarani).

### **GUARDIÕES DO MILHO**

No centro, uma fogueira acesa. As cepas de madeira queimavam lentamente. É um dos principais elementos da sessão: produzir o fogo que alimenta as ervas dos cachimbos. Espigas colocadas sobre uma espécie de altar, onde recebiam o fumacê dos rezadores, acompanhados de rezas e cânticos do coral Yvýtci Ovy (Nuvens Azuis).

O som do mbaraka (chocalho) e o violão entoavam forte. Entre os Guarani existe uma divisão sobre quem toca o quê. É mais comum para homens instrumentos de cordas e o tambor, enquanto o takuapu, o bastão, que tem simbolismo ligado à fertilidade, serem uso exclusivo das mulheres. Mesmo à pouca luz, dava para ver que lá fora o sol brilhava com intensidade.

O meio-dia se aproxima. A presença do sol é um sinal auspicioso. Não apenas sobre a próxima colheita. Mas de que as tradições indígenas terão continuidade. Foi em silêncio que crianças e adultos deixaram a Opy para semear o milho. Cumpria-se ali um dos rituais mais importantes para os Guarani. Não por nada eles são chamados de guardiões do milho.



**Centro de Formação da comunidade leva o nome de Tataendy Rupa, educador com importante papel na luta pela terra indígena**

## No cemitério Guarani, covas com pés voltados ao sol nascente

A reportagem mostra que cada cultura tem o movimento de renovação e adaptação ao mundo em que está inserida. A morte, por exemplo, sofreu vários processos de percepção ao longo da história. Antigamente, tanto os Guarani como os Tupi enterravam o falecido dentro da casa, a qual era abandonada em seguida. Por influência dos jesuítas, começaram a construir cemitérios, que hoje ficam em pontos mais afastados das aldeias.

Nossa equipe teve permissão para visitar um desses lugares sagrados para o povo Guarani. Foi na Aldeia Morro dos Cavalos, em Palhoça. O cemitério fica no meio da mata, afastado das casas. Há uma explicação: eles acreditam que os mortos rondam os túmulos. O medo que sentem, não é da morte, mas do falecido, ou melhor, da alma que saiu do corpo, a anguêry, e que pode causar mal às pessoas.

### SEPULTAMENTO

Entramos no cemitério acompanhados de duas lideranças. Existem regras para a visita: poucas pessoas de uma só vez e a chegada em silêncio, pois os espíritos precisam de paz. Não há cruzes e/ou placas de identificação. O sepultamento é feito direto na terra, sendo que os cuidados com a cova são de responsabilidade de cada família. Algumas têm árvores plantadas, como a palmeira, em referência à memória de Tataendy Rupa, educador com importante papel na luta pela terra indígena e que dá nome ao Centro de Formação da comunidade.

Existem dois túmulos recentes de crianças, ambos marcados por pequenas pedras em formato de círculo. Há velas, mas não flores. Um dos hábitos utilizados pelos Guarani para manter os espíritos no cemitério, e consequentemente afastados das casas, é o de não plantar flores perto das residências. Assim, os espíritos não se aproximam.

Os Guarani têm uma prática de sepultamento comum: o corpo fica com os pés voltados para o sol nascente para que encontrem mais facilmente o caminho para a terra de Sem Males. Nos primeiros dias pós-morte, eles costumam acender uma fogueira para iluminar o caminho do espírito. Quando a alma já chegou no outro mundo, pode aparecer em sonhos.

FOTOS: ENRIQUE RODRIGUES



Os cuidados com a cova são de responsabilidade de cada família. Algumas têm árvores plantadas, como a palmeira



## Entre a lei e a espera

De acordo com o artigo 231 da Constituição de 1988, terras indígenas devem ser regularizadas pelo poder público quando habitadas de forma permanente, serem importantes para as atividades produtivas do povo indígena, imprescindíveis à preservação dos recursos destinados ao bem-estar e necessárias à reprodução física e cultural.

Neste contexto se encontram os 2 mil hectares da comunidade Morro dos Cavalos, em Palhoça, composta pelas aldeias Itaty, Yakã Porã e o Centro de Formação Tataendy Rupa. Também está incluída a terra indígena Maciambu Pira Rupá.

A memória da ocupação, que resultou na configuração atual da TI, é da década de 1930, momento em que várias famílias Guarani começam a revisitação. Por coincidência, foi no mesmo ano de 1988 que se

iniciaram os estudos para reconhecimento do Morro dos Cavalos enquanto área tradicional do povo Guarani Mbya. Submetida ao Decreto 1775/96, passou por novos estudos e em 2008 foi assinada no Ministério da Justiça a Portaria Declaratória 771/2008.

Estima-se que cerca de 600 Guarani, entre crianças e adultos, aguardem pela homologação.

A TI Maciambu está em processo de identificação e também é reivindicada como de ocupação tradicional. No momento, a comunidade ocupa 4,6 hectares. Essa área corresponde a um imóvel objeto de sequestro pelo Estado de Santa Catarina (pertencia a um traficante de drogas condenado), o qual foi cedido para Fundação Nacional do Índio, em 1993, dando origem a aldeia Massiambu Pira Rupá.

## Governo do Estado move ação

Em 2014, o governo catarinense entrou com uma ação para derrubar o processo. O argumento é o chamado “marco temporal”. Por esse critério, os índios só teriam direito à terra reivindicada caso estivessem nela em 5 outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.

Esse dispositivo foi usado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, finalizado em 2013. Na época, ficou decidido que a decisão valeria apenas àquele caso e não era “vinculante”, ou seja, não tinha aplicação obrigatória em outros

julgamentos.

Na prática, porém, o “marco temporal” passou a ser utilizado como critério para tentar anular outras demarcações. Diversas ações judiciais já contestaram a demarcação da TI, nas quais a decisão foi favorável aos indígenas. Parte envolvendo questões relacionadas ao Parque Estadual da Serra do Tabela, criado na década de 1970.

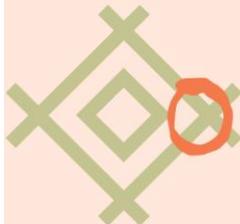
Atualmente, as terras despertaram o interesse de empresários do ramo de turismo e da exploração de água. Há um embate devido à riqueza do lugar e à necessidade de preservação do território indígena.

Algunas palavras do língua tupi-guarani adotadas pelo português:

**Abacaxi, Amendoim, Açai, Aipim, Araponga, Araçá, Arara, Caatinga, Caju, Capim, Carijó, Copacabana, Babaçu, Beiju, Caboclo, Caipira, Canoas, Capenga, Carioca, Guri, Guarani, Ipanema, Ipiranga, Itajubá, Iracema, Jacaré, Jabuticaba, Jiboia, Jururu, Lambari, Mandioca, Pajé, Paraná, Pereba, Pernambuco, Piauí, Pitanga, Pindaíba, Saci, Sergipe, Tamandúá, Tatu, Tapioca, Urubu e Xará**



# OS XOKLENG: GENTE DO SOL,



Os Xokleng se autodenominam “Laklânô” (“gente do sol” ou “gente ligeira”). A história desse povo é muito particular. Durante séculos, nômades e viventes da caça e da coleta, dominaram as florestas que cobriam as encostas das montanhas, os vales litorâneos e as bordas do planalto no Sul do Brasil. Neste passado distante, sofreram competição de outros grupos indígenas pelo domínio dos campos e dos bosques de pinheiros.

Depois, vivendo nas encostas do planalto e vales litorâneos, viram as terras serem aos poucos ocupadas pelo não indígenas. Neste processo, sofreram as consequências de decisões políticas e econômicas, em regra executadas a fio de facão e a tiros por experimentados “caçadores de índios”, como ficaram conhecidos os bugreiros.

– A saga dos Xokleng muitas vezes se confunde com a história da imigração no Sul do país, em particular, em Santa Catarina. No Alto Vale do Itajaí, a colonização só se afirmou na medida em que os indígenas foram confinados na reserva – escreveu

o doutor em Antropologia e professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Sílvio Coelho dos Santos (1938-2008), em Os Índios Xokleng – Memória Visual (editoras UFSC e Univali, 1997).

## A RESERVA

Em 1926, foi reservada a Terra Indígena Ibirama, nos atuais municípios de José Boiteux e Vitor Meireles, onde vive a maior parte da população Xokleng. O território inclui também porções de Itaiópolis e Doutor Pedrinho. Atualmente os Xokleng da TI Laklânô-Ibirama vivem em nove aldeias, todas com autonomia política e um cacique-presidente dá unidade ao povo perante as instituições com quem dialogam.

Os líderes são escolhidos por voto direto e periódico, podendo ser reeleitos ou destituídos por abaixo-assinado. No território vivem 2,3 mil pessoas. São famílias Xokleng (imensa maioria), Guarani e Kaingang, à margem do rio Itajaí do Norte. Estão sobrepostas sobre 10% do territó-

rio a Reserva Biológica Sassafrás e a Área de Relevante Interesse Ecológico Serra da Abelha.

## MARCO TEMPORAL

A portaria que declarou a terra como tradicionalmente ocupada pelos indígenas foi questionada na Justiça pelo Estado de Santa Catarina, por empresas madeireiras e por particulares. O processo tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), pelo ACO 1100, e ficou conhecido como “marco temporal”, tendo por base que só pode ser considerado terra indígena aquela área que estava ocupada em 5 de outubro de 1988, quando entrou em vigor a atual Constituição Federal.

## BARRAGEM NORTE

Nos anos 1970, quando Brasil estava sob regime militar, o governo federal decidiu pela construção da Barragem Norte, no município de José Boiteux. Maior estru-

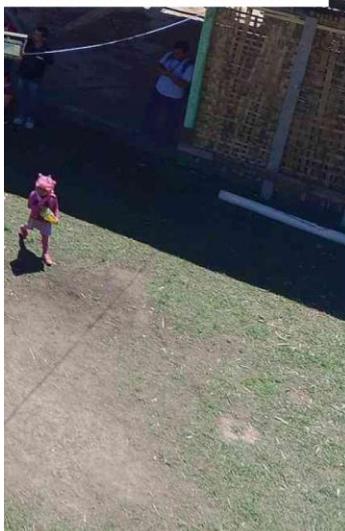
Comunidade Xokleng fez rituais e outras atividades durante o período em que a reportagem esteve na Terra Indígena Ibirama, no Alto Vale do Itajaí



# GENTE LIGEIRA

ra do tipo no país, foi erguida para evitar cheias em municípios do Vale do Itajaí. A construção fez desalojados no próprio território, desconsiderou a existência dos Xokleng e alagou grande parte do território indígena. Foram diversas as transformações prejudiciais ao povo, como no cultivo de alimentos, convivência, educação. Ao impedir a vazão das águas do Rio Hercílio, a barragem castigou a comunidade com sucessivas inundações e os líderes familiares decidiram cada qual buscar outros locais para viver, distanciando o convívio dos parentes.

Desde então, reivindicam responsabilidades pela reparação dos erros cometidos não só contra eles, mas também sobre os agricultores, no passado, quando o Estado de Santa Catarina concedeu às famílias de colonos títulos sobre a terra que era ocupada pelos indígenas e, portanto, pertencentes à União. Das sucessivas reduções territoriais aos impactos da Barragem Norte, é fato que os Xokleng jamais desistiram da Terra Indígena Ibirama Laklânô.



## Diferentes narrativas para a pacificação

Na Terra Indígena Xokleng Ibirama Laklânô existem nove aldeias onde moram 496 famílias. De acordo com um levantamento feito em 2019, são 2336 pessoas. O número flutua, pois há aquelas que saem para trabalhar, e depois retornam, assim como para estudar. Setembro é um mês de comemorações para os Xokleng. As duas escolas Indígenas de Educação Básica Laklânô são palco de atividades culturais.

O marco é o dia 22 e se volta para o ano de 1914, quando ocorreu o primeiro contato pacífico com Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. Naquele dia, e num ato de coragem, escreveu o antropólogo Sílvio Coelho, o sertanista atravessou nu, e desarmado, para confraternizar com os indígenas no espaço de uma clareira às margens do rio.

No mesmo ano também foi reservada uma área de cerca de 37 mil hectares para os Xokleng. O objetivo parecia simples: enquanto eles ficavam restritos ao espaço, o restante das terras era entregue aos colonizadores, que passaram a registrá-las nos cartórios de Ibirama. Em 1956, a demarcação é realizada pelo Serviço de Proteção Indígena (SPI), com apenas 14 mil hectares.

A aproximação de Eduardo com os indígenas teve grande repercussão. Mas o sertanista passou por dificuldades relacionadas ao choque cultural surgido entre as propostas do SPI, ao que pertencia por ser funcionário, com as intenções dos colonizadores e o modo de viver dos Xokleng. Em 1915, ele próprio escreveu em relatórios ter sido procurado por fazendeiros, que dizendo representar os habitantes da região, desejavam “acabar com a imundície”.

Para isso, a ideia era envenenar os indígenas através da distribuição de carne de gado condimentada com veneno. Os fazendeiros locais tinham estratégia: se o SPI “havia conseguido reunir uma boa parte dos Xokleng e sediá-los em um território comum”, era uma excelente chance de exterminá-los. Mais tarde, em 1926, seria Eduardo o responsável por assegurar junto ao governo do Estado de Santa Catarina, as terras que, apesar da totalidade descrita não estarem de posse dos indígenas, são legalmente do povo Xokleng.

TERRA INDÍGENA IBIRAMA LAKLÂNÔ

LOCALIZAÇÃO: JOSÉ BOITEUX, VITOR MEIRELES, ITAIÓPOLIS E DOUTOR PEDRINHO

ÁREA: 14 MIL HECTARES ATUALMENTE, ORIGINALMENTE ERAM 37 MIL HECTARES

POPULAÇÃO: 2,3 MIL PESSOAS DE 496 FAMÍLIAS, DISTRIBUÍDAS EM NOVE ALDEIAS

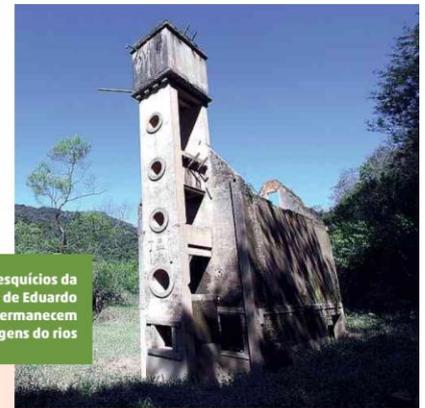
RELIGIÃO PREDOMINANTE: EVANGÉLICA (ESTIMA-SE EM 80% DA POPULAÇÃO)

## Ruínas da casa reacendem memórias

As ruínas da casa de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann permanecem às margens do rio. Um projeto arquitetônico avançado para a época como simbolismo do esforço em ensinar agricultura, botânica e até conceitos de medicina para os indígenas. A figura emblemática da história dos Xokleng viveu ali com a família, e sua trajetória segue entre os que consideram ter vivido os indígenas de um genocídio, mas também de ter provocado uma armadilha.

A pacificação tinha diferentes significados, presentes em narrativas que ainda reverberam. Em 18 de outubro de 2020, uma reportagem no site do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), descreve Eduardo como um ser abominável. “Hoerhann era um sujeito bruto, cruel e odiava os Xokleng. Não era raro o SPI manter figuras com este perfil nas chefias de postos das Terras Indígenas”. Outras acusações recaíram sobre Hoerhann: ele costumava experimentar as armas de fogo utilizando os Xokleng como alvo e estuprava as indígenas virgens.

De acordo com a reportagem, acusações documentadas, com acesso aos pesquisadores e em parte presentes no Relatório Figueiredo, contam que Hoerhann submetia os indígenas a trabalhos em condições análogas à escravidão. Eduardo chegou a ser preso e condenado pela morte de um indígena que o denunciou por trabalho escravo.



Os resquícios da casa de Eduardo Hoerhann permanecem às margens do rio



A juventude deve estar à frente e dar continuidade à luta dos nossos ancestrais

PAULA MONGCONÂM,  
estudante

## Cosmovisão Xokleng

Antes do contato com a cultura não-indígena, os Xokleng acreditavam que cada ser da natureza possuía um espírito que deveria ser respeitado: animais, como bugio e aves selvagens, nos trovões, e ventos, nas plantas. Não só uma regra de conduta, mas uma lei e quem desobedecesse sofria as consequências do malfeito. O Kujá era a pessoa que conhecia todos os espíritos e contato direto com eles, podendo interceder durante a cerimônia dedicada a essas entidades, caso alguém que errasse e viesse a se arrepender.

A observação é do acadêmico Carli Caxias Popó, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como parte das exigências para obtenção de licenciado no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. O acadêmico desenvolveu o tema “Cosmologia na Visão Xokleng”, destacando as relações entre diversas concepções de mundo: mundo natural, sobrenatural, natureza e cultura, questionando e expandindo os olhares sobre o que é natural e cultural material e imaterial.

Destacou, ainda, principais mitos, como a geração do homem Laklãõ, das crenças passadas e crenças atuais, as quais compreende, especificamente a realidade do povo. Os Xokleng acreditam em sinais vindos da natureza, escreveu o acadêmico. A presença de uma ave Aripina (Kókóly) cantando sobre as montanhas ou quando há trovões (estouro) no céu mesmo com tempo bom significam que algo bom ou ruim que está por vir. Eles acreditam que é o Kujá (Kanlém) que está avisando o povo para receber tal acontecimento.

Outra crença tradicional, que ainda é forte, é quando o tempo está nublado e chovendo (dénjangó vã): aviso de algo triste. Assim como quando uma árvore cai ou se quebra no matto: morte de um ente querido.

– Tudo isto ou estes casos fazem parte da nossa cultura. São ainda manifestações fortes, apesar de uma religião ocidental, a evangélica, presente no nosso território indígena – sugere Popó no TCC.

### PRESENÇA DA RELIGIÃO

Estima-se que hoje 80% da população Xokleng seja evangélica. São 14 templos nas nove aldeias do território. Para alguns, a religião impacta fortemente a cultura indígena:

– Há uma certa confusão. Algumas lideranças, como ex-caciques, são pastores. Na interpretação da bíblia, eles falam em provação, em livramento, na vontade de Deus. Isso acaba por impactar algumas das nossas realidades, como a questão do nosso território e nas escolhas políticas – observa uma educadora, que pediu para não ser identificada.

Para a liderança Brasília Priprá, também evangélico, não há problema:

– A igreja evangélica entrou no território em 1940, e considero que a relação foi sempre muito boa. Acredito que o povo indígena tem fé em Deus, e seria igual se estivéssemos no matto. Na sociedade também é assim, as pessoas acreditam no que se sentem melhor e seguem sua forma de agir – pondera.

A reportagem esteve numa dessas igrejas e acompanhou um momento marcado por cânticos. Tratava-se um trecho da bíblia com uma passagem sobre o Rio Jordão. Todas as estrofes na língua Xokleng.



1

**1** João Akayan e Paula Mongconãm representam a juventude Xokleng

**2** Brasília Priprá olha para o horizonte na área em que está instalada a barragem, em José Boiteaux

**3** O ex-cacique João Patté e outros membros da comunidade Xokleng reunidos em uma roda de bate-papo



**Choro e me emocionou sobre as atrocidades. Isso é muito triste e lamentável, faz mais de 100 anos, mas para um povo é ontem**

**BRASÍLIO  
PRIPRÁ,  
líder indígena**

## As vozes da juventude

Aos 13 anos, Paula Mongconãm frequenta o 9º ano da Escola Indígena de Educação Básica Laklãnõ. Mas já escolheu o curso na universidade: quer fazer advocacia e pretende lutar pelos direitos do povo Xokleng. Para ela, os jovens têm um papel importante no resgate da história do seu povo.

– Penso que a juventude deve estar à frente e dando continuidade à luta dos nossos ancestrais. Muita gente não conseguiu, então, cabe a nós batalharmos para o reconhecimento do nosso território e dos outros direitos.

A adolescente diz que por muito tempo a resistência ficou por conta das lideranças mais velhas, que participaram de reuniões, viajaram para Brasília e bateram nas portas de gabinetes. Enquanto isso, houve aqueles que não tiveram como esperar, e deixaram as aldeias em busca de emprego. Por parte das gerações mais jovens, mesmo entre as famílias que ficaram, ocorreu certo esquecimento do idioma Xokleng. Mas isso mudou nos últimos anos:

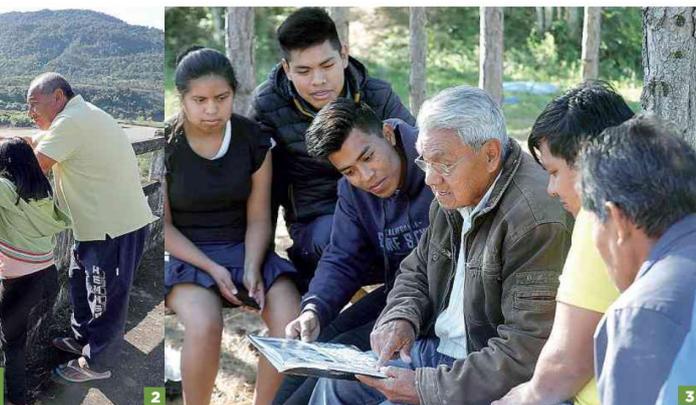
– Sinto muito orgulho de estar envolvida nas manifestações, cantando e dançando. A gente estava se esquecendo disso, mas estamos resgatando e muitos jovens que não sabiam falar nossa língua estão novamente aprendendo.

Paula mostra consciência sobre a necessidade de envolver também os jovens não indígenas em questões como o marco temporal:

– Façam parte da nossa luta, se juntem a nós, pois essa luta é de todas as pessoas – pede ela.

A mesma vontade de se formar advogada tem João Akayan, 19 anos, que já tentou o sistema de cotas, e por poucos pontos ficou de fora da universidade. Agora, ele prepara-se de forma particular com uma professora da escola da Escola Indígena de Educação Básica Laklãnõ. João é influenciador digital e tem mais de 11 mil seguidores. Mas o papel dele vai além das redes:

– Nós jovens estamos juntos com os anciãos na luta pelos nossos direitos, pois eles não têm mais a mesma força.



2

3

FOTOS PATRICK RODRIGUES

## Os ecos da experiência

Sem nunca ter sido cacique, Brasília Priprá, 64 anos, morador na aldeia Palmeirinha, já foi chamado de “embaixador das causas Xokleng”. Há pelo menos 35 anos, ele acompanha as lutas deste povo indígena a convite das lideranças e também por ter sido funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai). Brasília tem conhecimento histórico e conta que pelo menos há 5 mil anos os Xokleng viviam no Vale do Itajaí, assim como nas florestas do PR e RS.

– Nós somos originários e essas terras são tradicionais do povo Xokleng – explica.

Ainda que não tenha vivenciado diretamente, ele se emociona quando fala do que ouviu dos mais velhos sobre a chegada do branco à região. Um dos episódios mais tristes ocorreu em agosto de 1904: crianças eram jogadas para cima e espetadas com punhal. Naquele dia, 244 indígenas foram mortos pelo Estado. O episódio foi descrito no jornal já extinto “Novidades”, de Blumenau, citado em artigo do jurista Flamariom Santos Schiefelbein na revista eletrônica argentina Persona, em 2009. “Os inimigos não pouparam vida nenhuma. Depois de terem iniciado a sua obra com balas, a finalizaram com facas. Nem se comoveram com os gemidos e gritos das crianças que estavam agarradas ao corpo prostrado das mães. Foi tudo massacrado”, relata o jornal.

Priprá cresceu ouvindo histórias assim:

– Choro, me emocionou sobre as atrocidades. Sou neto de pessoas que ajudaram a trazer a comunidade “para fora”, a fazer contato (com não indígenas). Isso é muito triste e lamentável, faz mais de 100 anos, mas para um povo é ontem.

Priprá tem um entendimento diferente do que contam livros de história sobre como ocorreu a aproximação supostamente pacífica com o homem branco:

– O contato foi feito pelo cacique Cãm-rém, da época, e outra importante liderança, o Co-ovi. Eu acredito que inteligentemente, pois vendo que estavam sendo todos mortos, consideraram melhor se entregar e fazer o contato – diz.

Em 2003, portaria declaratória que foi emitida pelo Ministério da Justiça e redefiniu os limites da área, devolvendo aos indígenas parte do território. Com a revisão dos

limites, a terra indígena passaria de cerca de 14 mil hectares para aproximadamente 37 mil. Quase 20 anos depois seguem à espera. Nas rodas de conversa a barragem é citada como um estorvo. Nos últimos tempos, o tema cedeu espaço para a questão do marco temporal:

– O marco temporal é praticamente o assassinato do povo Xokleng, dos povos indígenas. É preciso verificarmos isso. Acreditamos no Supremo Tribunal Federal, para que não reconheça essa maldade contra o povo indígena, e não só contra o povo indígena aqui de Santa Catarina, mas contra o povo brasileiro – diz Priprá.

João Patté, 80 anos, é um dos anciãos reconhecidos na Terra Indígena Laklãnõ. O ex-cacique, nascido e criado no território, cita a mãe Korikrã e o pai Aipón, ambos vividos no mato, para se definir como um Xokleng puro. Costuma ser procurado para ir à escola falar com os alunos sobre a história do povo. Também é indicado para entrevistas. Casado com uma única mulher, Alexandrina, 79 anos, construiu uma família com muitos filhos, netos, bisnetos.

– O valor que passo para meus descendentes? Orgulho de ser Xokleng, único povo no país com este nome. Gosto de saber que meus filhos seguem casando e fazendo famílias dentro do povo Xokleng – conta.

Patté conta sobre como os Xokleng se fixaram no Vale do Itajaí. Diz que viviam no Mato Grosso, mas com o passar do tempo foram pressionados pela presença do branco e condicionados a mudar para o Sul.

– Os Xokleng vieram para bem perto daqui, nas matas de Itaiópolis. Quando o homem branco começou a chegar e a morar perto, a coisa foi se fechando e apareceram lugares como Blumenau, Ibirama, Tajó. Do outro lado também, como Salet e Timbó. Aos poucos, os indígenas foram cercados e obrigados a se entregar. Não é porque eles (brancos) pegaram. Não, os índios se entregaram, por não ter mais para onde ir.

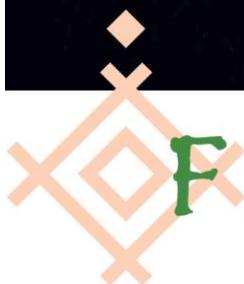
Para ele, o mesmo processo se repete hoje em diferentes regiões do país:

– Com o índio no Brasil é assim: o branco vai fechando, vai fechando. Olha a briga grande lá na Amazônia. O branco tirando um mineral, o ouro, deles, dos parentes.



# OS KAINGANG E A DUALIDADE ENTRE KAMÉ E KAIRU

FOTOS SIRILLI FREITAS, ESPECIAL



Foi há 120 anos, ainda antes da Guerra do Contestado, que Santa Catarina teve oficializada a primeira reserva. Designada Terra Indígena Xaçecó, a área fica no Oeste do Estado

A existência de terras indígenas reservadas em Santa Catarina remonta ao princípio do século 20. Em 1902, ainda antes da Guerra do Contestado (1912-1916), foi designada a Terra Indígena Xaçecó (pelo então governo do Estado do Paraná), localizada no cruzamento dos rios Xaçecó e Chapecozinho, entre os municípios de Ipuçu e Entre Rios, a aproximadamente 30 km de Xanxerê e a 70 km de Chapecó. Lá, em 16 aldeias espalhadas pelos 15.623,95 hectares, vivem cerca de 5 mil Kaingang e algumas famílias Guarani.

A conquista das terras a partir de decreto governamental, com aproximadamente 50 mil hectares, foi um marco. Porém, ao longo do século 20, a Terra Indígena Xaçecó, que atualmente pertence ao Estado de Santa Catarina (após assinatura dos limites contestados entre Paraná e Santa Catarina) foi reduzida para cerca de 16 mil hectares. Ao mesmo tempo, naquela época, muitos grupos Kaingang não aceitaram o aldeamento na TI Xaçecó, preferindo permanecer nos locais de origem, ou procurando refúgio em regiões de difícil acesso.

## O SOL E A LUA, O PINHEIRO E O CEDRO

Os Kaingang pertencem à família linguística Macro-Jê. A concepção do mundo deles se expressa na classificação dos clãs ancestrais Kamé e Kairu, como pertencendo à metade Kamé (marca cumprida) ou à Kairu (marca redonda), tanto humanos como animais, enfim, toda a natureza. Neste mito os heróis culturais Kamé e Kairu produzem não apenas as divisões entre os homens, mas também a divisão entre os seres da natureza.

Conforme a tradição Kaingang, o Sol é Kamé e a Lua é Kairu, o pinheiro é Kamé e o cedro é Kairu, o lagarto é Kamé e o macaco é Kairu, e assim por diante.

Como durante a primeira metade do século 20 houve intenso processo de colonização do Oeste ca-



A Terra Indígena Xaçecó fica no Oeste do Estado, entre os municípios de Ipuçu e Entre Rios

tarinense, esses originários passaram a enfrentar dificuldades. Empresas colonizadoras responsáveis pela divisão e ocupação destas áreas investiram sobre a ocupação dos territórios. Hoje, o povo Kaingang se encontra espalhado por diferentes municípios. Em muitos casos, seguem em luta pelos territórios.

A invasão do território Kaingang do Toldo Chimbangue aconteceu na década de 1940, tendo como protagonista a empresa Luce Rosa & Cia, que comprou as terras dos herdeiros da Baronesa de Limeira e a revendeu aos colonos. Por quase 50 anos os Kaingang do Toldo

Chimbangue ficaram afastados das terras, espalhados pela região. Algumas famílias ficaram acampadas nas margens do Rio Irani e viviam como agregados. No final da década de 1970, eles se organizam na luta pela retomada. Em 1986, foram demarcados 988 hectares, metade da área reivindicada. Em 2006, foram homologados mais 954 hectares. A organização indígena aconteceu, sem a tutela do Estado. As lideranças locais se articularam com o movimento indígena nacional.



Conforme a tradição Kaingang, o Sol é Kamé e a Lua é Kairu, o pinheiro é Kamé e o cedro é Kairu, o lagarto é Kamé e o macaco é Kairu, e assim por diante.

## Fen'nó, a flecha em pé

A luta pela terra no Toldo Chimbangue, no começo da década de 1980, inaugurou novo modelo de demarcação de terras indígenas no Brasil. A observação é de Clovis Brighenti, professor e doutor em História Cultural. O também pesquisador explica que se trata da primeira comunidade indígena no país que conseguiu recuperar as terras que estavam completamente perdidas, e já sob posse de agricultores munidos de títulos de propriedade.

Mas que, além disso, também possibilitou reflexões sobre as relações de gênero, tendo em vista a efetiva atuação de mulheres Kaingang na organização e no suporte do grupo, antes, durante e depois da demarcação territorial. Esta performance, destaca o Brighenti, não se deu pela ocupação de cargo de liderança politicamente legitimada, a exemplo dos caciques e vice-caciques, mas tendo mulheres como Ana da Luz Fortes do Nascimento, a Fen'nó, como uma das principais lideranças e responsável pela conquista do território.

Fen'nó, nome Kaingang que significa "Arma, flecha em pé" consolidou-se como referência sem nunca ocupar cargo de cacique. Do alto de seus 1,50m de altura, foi ela a grande articuladora do movimento de reivindicação territorial que possibilitou o pleito fundiário, a identificação das terras, a constituição e a fixação geopolítica do grupo.

Pelo assento do batismo em 18 de janeiro de 1917, na comunidade de Passo Bormann, ainda hoje distrito de Chapecó, Ana da Luz era filha do casal de Kaingang Alfredo e Julia Fortes. O registro dá conta que ela tinha quatro meses de vida, e o batismo celebrado por Frei Gaspar Flesch, OFM, tendo sido padrinho o tio materno, Gregório Rodrigues, que aparece no registro com o apelido "Gregório Pedelurio".

Fen'nó nasceu e morreu nas terras do Chimbangue e, mesmo com o avanço da frente colonizadora, nunca saiu do lugar de origem. Aliás, saiu sim: andou por Florianópolis e Brasília lutando pela terra onde está enterrada, depois de ancestralizar, em 2014, aos 97 anos.

### Contraponto:

De acordo com a assessoria de imprensa da Câmara de Vereadores de Chapecó, a moção de apelo ao prefeito foi retirada de pauta porque o mandato da suplente se extinguiu. A assessoria informa que a própria vereadora, quando em exercício, deixou sobrestado (sem andamento) no período em que exercia o mandato e isso teria feito com que a moção nem entrasse em votação.

Iara Campolin foi a primeira indígena a assumir uma cadeira na Câmara de vereadores de Chapecó em 104 anos, em outubro do ano passado

## Visibilidade às necessidades das comunidades

Iara Campolin é professora de Educação Física na Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'nó, mora no Toldo Chimbangue, a 30 quilômetros de Chapecó, onde também cursa Pedagogia. Aos 32 anos, é casada, duas vezes mãe, tornou-se a primeira mulher indígena a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores de Chapecó. Na eleição de 2020 somou 361 votos. Eleita suplente do vereador Valdir Carvalho (PT), assumiu a titularidade em outubro de 2021 num período de 45 dias em que o titular se afastou. Iara tornou-se a primeira indígena a representar uma etnia em 104 anos de história do Legislativo do município.

Meu trabalho foi o de tentar dar visibilidade às temáticas relacionadas às necessidades das comunidades indígenas locais, como espaços de lazer, sinalização da rodovia que corta nosso território (SC-283) e mais vagas para a Educação Infantil.

Foi de autoria dela a ideia da criação de um espaço na área central da cidade onde os indígenas possam desenvolver a cultura, com dança e música, e expor a produção, como artesanato, ervas medicinais, comida típica. A expectativa é de que como titular da vaga possa retomar a sugestão.

No geral, Iara considera que a respeito desses temas foi bem aceita pelos colegas de parlamento. O que já não aconteceu

quando apresentou uma proposta que pretendia uma estátua na área central da cidade. O monumento seria uma homenagem a Ana Maria da Luz, a Fen'nó, que dá nome a escola onde Iara dá aulas para crianças e adolescentes.

Isso me deixou muito triste. Lembro que fui chorando da Câmara de Vereadores até a aldeia. Nossa ideia era fazer uma estátua que mostrasse para as pessoas o papel desta mulher que andou por Brasília e outras cidades lutando pela retomada do Chimbangue – conta.

Iara recorda que a reprovação teve como argumento os custos para os cofres públicos.

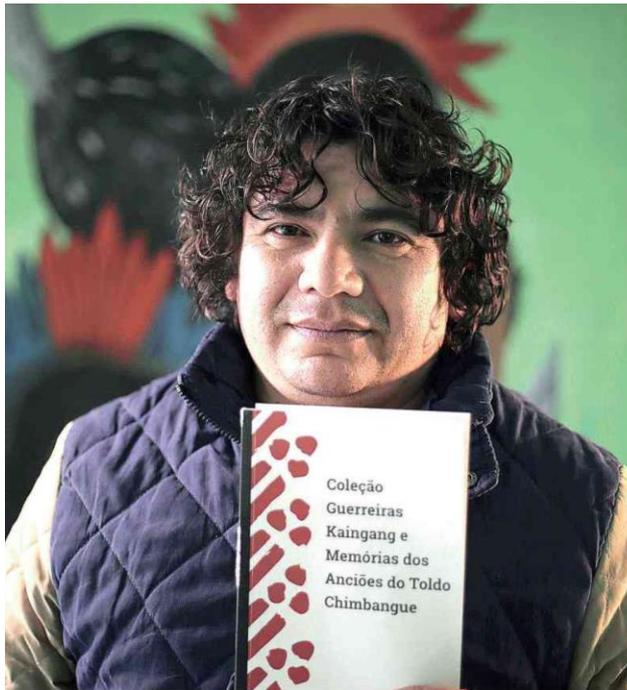
Ali sim, acho que foi preconceito com a questão indígena. Mas achamos que não deveria, pois a gente sempre esteve aqui, mesmo antes da chegada do colonizador, e até o nome da cidade é indígena – pondera a professora e parlamentar temporária.

No perímetro urbano de Chapecó, existe desde 25 de agosto de 1981 uma homenagem aos desbravadores. Criado pelo artista plástico Paulo de Siqueira, mostra a figura de um gaúcho empunhando um machado, como símbolo do trabalho. Na mão esquerda, um louro lembra a conquista e a vitória. O monumento possui 14 metros de altura, 5,70 metros de largura e pesa nove toneladas. A obra é um cartão de visitas e ponto de identificação da cidade.

Fui chorando da Câmara de Vereadores até a aldeia, pois rejeitaram a moção em que sugeri uma estátua para Fen'nó, a líder da retomada do Chimbangue

IARA CAMPOLIN, professora e vereadora





FOTOS SIRIU FREITAS, ESPECIAL



## Valorização da cultura Kaingang

Kuché, em Kaingang, é o nome de João Batista Antunes, 42 anos. A escolha, herança do avô materno, refere-se à Irapuá, uma abelha sem ferrão, escura, reluzente, e que costumava fazer moradia no alto dos pinheiros. Formado em Língua Portuguesa pela Unochapecó, ele é diretor na Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'nó.

Educador empenhado na defesa da escola enquanto espaço de retomada dos valores da cultura de um povo, João Batista entende ser o lugar uma oportunidade para se dar vida a algo que “foi colocado pedra em cima e esquecido por um tempo”: as práticas culturais. Com tradição oral, os Kaingang careciam de um registro de suas próprias vozes acerca da retomada histórica do território.

– Era preciso ter algo materializado que se pudesse apresentar para as pessoas. Isso para mostrar que não é simplesmente uma narrativa oral – conta João Batista, enquanto mostra um exemplar de “Coleção Guerreiras Kaingang e Memórias dos Anciões do Toldo Chimbangue”, editado em 2019, numa parceria entre Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), governo do Estado e Ministério da Educação.

O livro reúne em formato de cordel o que os alunos recolheram das mulheres entrevistadas e é ilustrado com desenhos dos estudantes. Um dos cordéis foi inspirado na fala de Paulina Antunes, mãe de

João Batista, e que na primeira década de 2000 foi vice-cacique: “Tinha apenas três anos, quando aqui vim pra morar. Era muito criança, mas neste lugar eu vim parar...Fui roubada por meu pai, que do Rio Grande do Sul fugiu, encontramos tia da Luz (Fen'nó), morando na beira do rio...”.

O diretor considera que o livro é também um reconhecimento à coragem feminina:

– Estou com 42 ano e quando criança vi as mulheres como trincheiras à frente dos homens e dizendo para a polícia: para bater neles, antes terão que bater em nós. Nas famílias é igual: as mães se jogam na frente de qualquer coisa para defender um filho – pondera.

### ALÉM DO GÊNERO, A LUTA QUE SEGUE

Historicamente, diz João Batista, “nossa cultura é bem machista”. Para contrapor a isso, foi elaborado um regimento interno determinando sobre a presença de mulheres na organização da comunidade, podendo ser cacique ou vice-cacique:

– É como diz o branco: ela (mulher) pode ser o que quiser.

O tema igualdade de gênero também está presente na sala de aula. A inspiração é Fen'nó, a figura dela que sensibiliza para que os alunos valorizem as mulheres e sejam conscientizados que ninguém tira o lugar de ninguém.



**Quando criança, vi mulheres Kaingang como trincheiras à frente dos homens e dizendo para a polícia: para bater neles, antes terão que bater em nós**

**JOÃO BATISTA NUNES, educador e diretor de escola**

## Cuidado e respeito com a natureza

A Terra Indígena Reserva Aldeia Condá se localiza na linha Gramadinho, a 15 quilômetros da área urbana de Chapecó. A área tem 2,3 mil hectares e aproximadamente 220 famílias. A escola da comunidade tem cerca de 340 alunos e funciona em três turnos. Quase todas as famílias falam Kaingang, resultado do trabalho da escola onde o ensino é bilingue.

Uma destas famílias que prioriza a língua original é o casal Marilene Feliciano e Pedro Garág Salvador. Além da produção e venda de artesanato em cestaria, eles se dedicam a cuidar da saúde dos moradores. Marilene é parteira e faz chás, conta que aprendeu com os pais. Ela também auxilia mulheres grávidas quando o bebê não está bem posicionado, sendo referência para as equipes de saúde indígena. Pedro é coletor de ervas. Ele é quem vai ao mato retirar as raízes, cascas e folhas. Ambos são falantes do idioma Kaingang.

– Mesmo sendo para cuidar da saúde das pessoas, sempre que me aproximo peço licença para a madeira (árvore) e explico do que se trata. Entendo que devemos ter este cuidado e respeito com a natureza – explica ele.

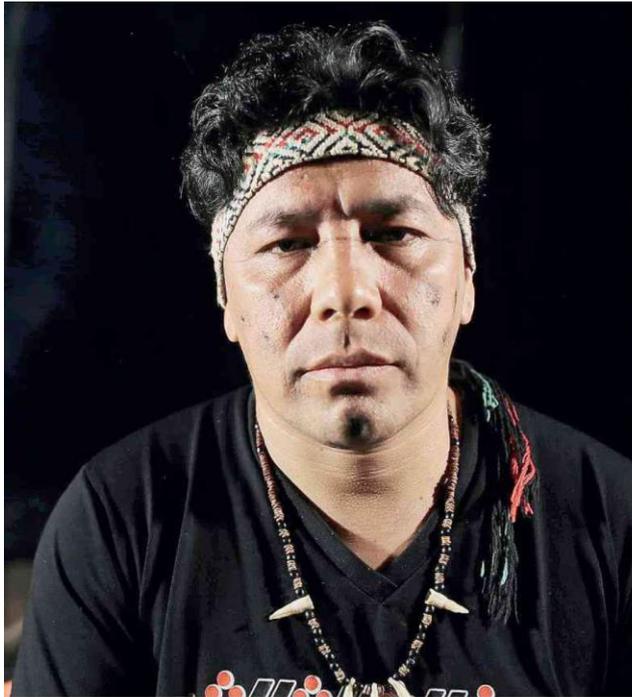
Com isso, complementa Marilene, a planta não morre: – Falando sobre a doença e qual a finalidade, a madeira volta a brotar. As vezes, depois de 30 dias, ele volta lá e a pele da árvore cresceu de novo – diz a benzedeira.

Esta conversa é feita em Kaingang e tem Tupé (Deus supremo) como interlocutor. Pedro conta que costuma experimentar no próprio corpo os benefícios deste contato.

– Mata é vida. Quando saio de casa me sentindo um pouco mal e cansado, entro naquele espaço e melhora, fico com mais energia. É como se o vento fizesse sumir a dor e me deixasse mais feliz.

Estes conceitos sobre natureza e língua são repassados para filhos e netos.

– A gente tem que cuidar, agradecer e dizer para os filhos e netos sobre a necessidade de cuidar das plantas. Vocês não sabem sobre o que está acontecendo com o aquecimento da terra? – pergunta.



## “Reafirmação da nossa identidade”, defende mestre

Adroaldo Antônio Fidelys, ou Duko Vānfý, na Língua Kaingang, é mestre em Educação. Ele dá aulas de Filosofia e História na escola indígena do Toldo Chimbangue. No idioma mãe, o nome significa semente de taquara. Em agosto do ano passado, ele defendeu tese na Unochapecó intitulada “(Re) existência e luta da história e memória do toldo chimbangue-sc: os saberes Kaingang enquanto possibilidade de formação no espaço escolar”. É o quarto Kaingang do Oeste de Santa Catarina a obter o título de Mestre em Educação.

– Como professor procuro passar para meus alunos conceitos como a reafirmação da nossa identidade e fico muito feliz quando percebo que isso aconteceu. Tenho um nome que me identifica com os povos originários, e este batismo feito pelos meus pais e anciões, faz com que todos os dias eu procure ser semente. Faço isso desde que assumi esta militância em defesa dos nossos direitos – diz o professor.

Adroaldo levou para a academia as próprias vivências. Quando menino, aprendeu os princípios do povo, como o respeito ao outro e com a natureza. Como professor, explica, se esforça para levar aos alunos as mesmas inspirações que os kofás (idosos) trouxeram de antigamente:

– Nossa cultura Kaingang é feita pelo meio oral, e a gente deve absorver o que nos é passado. Ao mesmo tempo, por mais engessado que seja o sistema educacional, a escola precisa ser mantida como espaço de luta e de resistência. Precisamos seguir formando multiplicadores dos conhecimentos indígenas e militando em prol da nossa causa e comprometidos ao contexto social.

No espaço escolar, o professor desenvolve projetos culturais como oficinas de artesanato,

culinária indígena, canto e dança. Quando lhe é perguntado se é difícil ser indígena no momento atual, responde:

– Assim como para qualquer outra comunidade, seja indígena, não indígena, quilombola ou ribeirinha. Nós ou todos nós, temos as mais variadas dificuldades. Acredito que a educação, maior arma contra a ignorância, seja um dos meios de luta contra esta realidade.

Foi Adroaldo quem sugeriu o lugar desta entrevista. Junto com a mulher, Ariany Sales, e uma das filhas, Yamini Pótánh, ele nos levou às margens do Rio Irani. Era uma noite fria, em 23 de maio. Chegamos antes das 18h. Naquele dia o sol caiu rápido, fez-se noite na mata e uma fogueira iluminou nossa roda de conversa. A escolha do lugar tinha uma simbologia. Foi naquele espaço distante da aldeia, do outro lado da margem, que se iniciaram as lutas pela retomada do território.



**Por mais engessado que seja o sistema educacional, a escola precisa ser mantida como espaço de luta e de resistência**

**ADROALDO ANTÔNIO FIDELYS, professor e mestre em História**

– Estamos num espaço sagrado. Daqui partiram os primeiros gritos de socorro, os primeiros escritos para que os órgãos responsáveis pela questão fundiária da época reconhecessem o nosso direito – diz.

Adroaldo conta que as poucas famílias que iniciaram a luta não seriam suficientes para fazer as frentes de batalha. Então, buscaram apoio de indígenas de outras terras.

– Os parentes apareceram e se incorporaram. Passava das 22h30min quando encerramos a conversa. Pedacos de bracatinga estalavam no fogo. Adroaldo, que havia ficado alguns minutos em silêncio, puxou um canto em Kaingang. O grito ecoou no silêncio da mata. Era uma saudação aos espíritos feitas por Duko Vānfý, o homem que enverga o nome de semente de taquara.

## “Carrego esperança”, diz anciã que ajudou a retomar o Chimbangue

Maria Celestrina Rodrigues, 92 anos, é uma das moradoras do Toldo Chimbangue. Mãe de lideranças importantes na comunidade, tem a roça com batata doce e aipim, cuida das galinhas e conserva boa memória:

– Meu pai foi morto por um tigre. Herdei dele valores e carrego esperança – diz.

Quando senta para conversar, quase sempre ao lado do fogão a lenha, Maria Celestrina faz o palheiro de fumo de corda e palha de milho. Diz que aprendeu a fazer o cigarro com o avô.

– Os filhos não gostam que eu fume, por causa da saúde. Andava com uma tosse braba, fiz exames e não deu nada. Eles (os filhos) acharam que era da pandemia (Covid), mas passou – argumenta.

A Kaingang, que fez parte da retomada do Chimbangue, conta que ficou 13 dias em Brasília.

– Foi bem difícil, a gente ficou num acampamento, comia e dormia ali mesmo. Mas deu certo, pois hoje minha família e os amigos vivem aqui ao redor da minha casa.

Maria Celestrina diz que o marido, já falecido, trabalhava numa firma. Para ela, no entanto, seria melhor se os Kaingang não precisassem sair da aldeia e se ocupar da agricultura. Ela diz que gosta de se alimentar com feijão e explica por que não come frango da cidade:

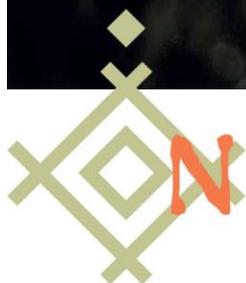
– O gosto não é bom. Sabe o que acho? Eles (produtores) dão veneno pro pinto crescer e vai para a carne do bicho. Prefiro criar em casa.

Quando é perguntado quem mata o bicho, Maria Celestrina responde sem cerimônias:

– Eu.



# O ÚLTIMO DOS XETÁ



Existem cerca de 100 descendentes Xetá, mas nenhum desses é sangue puro, como se diz

**RONDON XETÁ,** auxiliar de enfermagem

Nossa equipe de reportagem foi em busca da última etnia indígena do Sul do país a ter contato com o homem branco. Era sábado, 21 de maio deste ano, dia típico de inverno, daqueles onde a cerração baixa da manhã transforma-se à tarde em sol que racha, quando, segundo o que descreveu a revista norte-americana Time, no começo de 1959, estávamos diante de um dos cinco sobreviventes dos “últimos índios da Idade da Pedra”. Havíamos saído de Florianópolis, subido os campos da Serra Catarinense, para alcançar o município de Ipuacu, a 720 metros acima do nível do mar, no Oeste do Estado. Percorridos 550 quilômetros estávamos frente a frente com Rondon Xetá, 57 anos, único em Santa Catarina, um dos sobreviventes da etnia praticamente dizimada no século passado.

Encontramos com Rondon na Terra Indígena Xapecó, entre os municípios de Ipuacu e Entre Rios. Rondon, um retrato do que ocorreu com mais uma nação indígena no país. Dos Xetá, em meados do século passado encontrados nas matas do vizinho Paraná, restaram praticamente só crianças. Meninos e meninas levadas e adotadas por famílias brancas ou ordens religiosas com a missão de transformá-las em “civilizados”.

Os irmãos Rondon e Tiquiem (pronuncia-se Ticoen), policial militar rodoviário já falecido, foram entregues a João Roza de Menezes, funcionário do Serviço de Proteção Indígena (SPI) para serem criados.

– Eu tinha um ano e pouco, e Tiquiem

era um pouquinho mais velho. Contavam que nossa mãe tinha morrido de sarampo, e no mesmo dia, também uma irmã. Por isso, teriam levado nós dois para sermos criados pela família da madrinha, dona Domingas Roza de Menezes – conta.

Rondon lembra que a madrinha trabalhava com saúde indígena. Acredita, inclusive, que o gosto pelo trabalho que desenvolve hoje na aldeia sede da TI Xapecó, venha da convivência: ele é auxiliar de enfermagem no posto. O órgão indigenista oficial da época, o SPI, distribuiu sobreviventes Xetá em diferentes regiões do Paraná. Os irmãos Rondon e Tiquiem são exemplos do quanto esta dispersão enfraqueceu o modo de viver. Os dois frequentaram a escola, mas perderam a noção da língua e da cultura:

– Parece que meu nome em indígena era Moha'ay, que significa bicho furão. Mas não tenho certeza.

Já a memória afetiva do irmão Tiquiem, o Karombe, tartaruga em Xetá, está bem viva. Mesmo num espaço mais urbano, Tiquiem não podia ver uma árvore que subia para tirar os frutos. Os irmãos também gostavam muito de mel. Assim como os outros Xetá remanescentes, Rondon não se casou com uma mulher da mesma etnia. Librantina, com quem tem filhos e netos, é Kaingang:

– Existem cerca de 100 descendentes Xetá, mas desses nenhum é sangue puro, como se diz – conta Rondon.

Apresentamos a Rondon a cópia de uma fotografia antiga. Dos Xetá sobreviventes

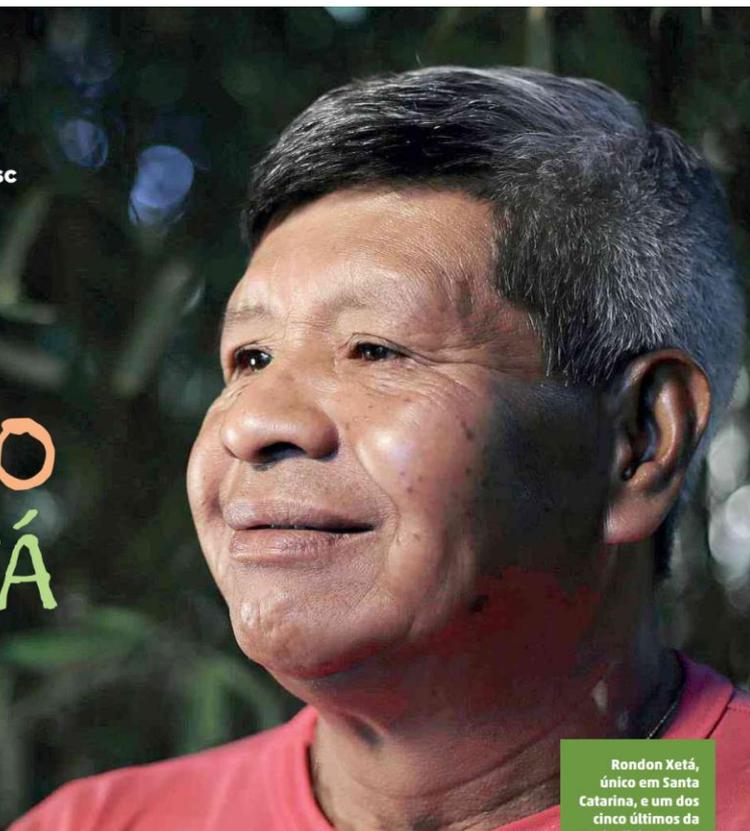
de Serra dos Dourados reencontrados nos anos 1980 e 1990, atualmente além dele estão vivos Tiguá, Tiguá, Á e Kuein (já morreram Tikuein, Tuca, Tikuein). São duas Tiguá, com os nomes brasileiros de Rosa Maria e Ana Maria, tal qual eram os dois Tikuein, diz o antropólogo Rafael Pacheco.

O Xetá reconheceu irmãos, tios, primos. A foto, de Márcia Rosato, é de 30 de agosto de 1997. Ele é o primeiro da esquerda para a direita. Na época, atendendo a solicitação dos remanescentes Xetá, o Instituto Socioambiental promoveu, em Curitiba, o “Encontro Xetá: Sobreviventes do Extermínio”, ocasião em que os familiares se encontraram para conversar sobre a própria história e traçar perspectivas de um futuro melhor para eles e os descendentes.

A saga dos Xetá foi parar no relatório da Comissão Nacional da Verdade, um colegiado instituído em 2011, no governo Dilma Rousseff (PT), para investigar as graves violações de direitos humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. O relato documental permite aos Xetá o que o mundo jurídico chama de Justiça de transição, quando é assegurada reparação dos direitos humanos violados através de indenização.

A etnia Xetá se divide principalmente em duas reservas indígenas reconhecidas, São Jerônimo da Serra, no norte do Paraná, e aldeia urbana Kakané Porã, em Curitiba. Nessas terras, dividem o espaço com outros povos.

Rondon Xetá, único em Santa Catarina, e um dos cinco últimos da etnia dizimada no Sul do Brasil



## Evitaram contato até quando conseguiram

A Funai não possui registro oficial do número de Xetá que hoje vivem em solo brasileiro. Possível que o Censo do IBGE, em andamento, ajude a retirar os descendentes desta invisibilidade hostil. Oficialmente, eles se tornaram conhecido nos anos 1950. Viviam isolados na Serra dos Dourados, no noroeste do Paraná, e calcula-se em torno de 250 pessoas. Usavam botoque de resina de pinheiro nos lábios, eram nômades, coletores, caçadores.

Na época, o governo do estado do Paraná negociou áreas para plantio de café e criação de fazendas de gado. A chegada das frentes de colonização e de imigrantes os empurrou para dentro da mata. Esquivos e arredios, formaram pequenos grupos e evitaram o quanto conseguiram qualquer tipo de contato.

Uma das provas desta presença na região eram os rastros deixados próximo dos presentes ofertados pelo branco na tentativa de agradá-los, os quais eram sempre deixados (inclusive alimentos) intactos. Mas a política de sobrevivência por eles traçada não foi o suficiente para livrá-los

do extermínio. Metade da década de 1950 já era uma nação praticamente dizimada. Morreram abatidos por tiros ou nas aldeias incendiadas, também por doenças infecto-contagiosas, como gripe e sarampo, ou por envenenamento e intoxicação alimentar.

Sete anos depois do primeiro contato, quando algumas das crianças tinham sido capturadas, e muitos já haviam sido mortos pelas doenças trazidas pelos colonizadores, é que um dos grupos Xetá resolveu se aproximar da Fazenda Santa Rosa, instalada sobre um dos campos de caça e coleta, local onde o Serviço de Proteção Indígena (antes da criação da Funai) montou um "centro de atração".

Pesquisadores da Universidade do Paraná (UPR), José Loureiro Fernandes (professor de antropologia) e Vladimir Kozák (cinegráfi) tiveram papel fundamental ao participarem, entre 1955 e 1961, de expedições de contato e aproximação para encontrar os Xetá, e de expedições científicas, ao cabo das quais ofereceram os primeiros registros e impressões sobre o grupo recém-encontrado.



MÁRCIO ROSATO, 30 DE AGOSTO, 1997, CURITIBA, PARANÁ

Registro dos sobreviventes Xetá feito por Márcio Rosato, em agosto de 1997



FOTOS SIBILI FREITAS, ESPECIAL

Rondon e Librantina vivem na Terra Indígena Xapecó, em Ipuçu, no Oeste de SC



**DC Revista, AN Revista e Santa Revista (03.12 – 09.12.2022)**

**Estela Benetti**

**“UFSC E NIDEC CELEBRAM PARCERIA COM INOVAÇÃO”**

UFSC e NIDEC celebram parceria com inovação / Nidec Global Appliance / Embraco / Universidade Federal de Santa Catarina / Compressores / Adriano Francisco Ronzoni / Mestre pela UFSC



## **UFSC E NIDEC CELEBRAM PARCERIA COM INOVAÇÃO**

Uma das mais longas parcerias mundiais de pesquisa entre uma indústria e uma universidade pública, a da Nidec Global Appliance, por meio da marca Embraco, com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) acaba de completar quatro décadas. E é celebrada em sintonia com o objetivo: graças a esse trabalho durante a pandemia a empresa está lançando o VESH, compressor Embraco de velocidade variável mais avançado do mercado mundial, com altíssima eficiência energética.

O diretor de Engenharia Avançada da Nidec, Claudio de Pellegrini, explica que o novo compressor tem a metade do tamanho de produtos da mesma geração e, com a nova tecnologia, é 5% mais eficiente do que os anteriores. Avanços em componentes permitem entregar quase 50% a mais de capacidade de refrigeração frente a similares tradicionais.

## **TECNOLOGIA A COMPRESSORES**

A associação entre a UFSC e a então Embraco, que foi adquirida pela Nidec em 2019, começou em 1982, quando a empresa procurou uma universidade que estivesse disposta a encarar o desafio de desenvolver tecnologia nacional de compressores, explica Adriano Francisco Ronzoni, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento da Nidec Global Appliance, engenheiro e mestre pela UFSC. O efeito ganha-ganha dessa parceria vai além do negócio da Nidec-Embraco em si. A maioria dos executivos e pesquisadores da Nidec passou pela universidade.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

# CLIPPING DIGITAL

03/12/2022

[Aluna da UFSC morre após ser atropelada na Beira-Mar em Florianópolis](#)

[Aluna da UFSC morre atropelada na Beira-Mar Norte, em Florianópolis, e motorista foge](#)

[Aracaju participa do Fórum Global sobre riscos de desastres](#)

[Células neonazistas dobram no Brasil e atacam escolas e universidades](#)

[Comunidade branca tradicional Tinguí recebe visita de técnicos da FPI](#)

[Cortes de verbas para prevenção de desastres naturais](#)

[DNIT prorroga inscrições para curso gratuito na área de Educação para o Trânsito](#)

[Dramática situação da Grande Florianópolis após mais de 600 mm de chuva](#)

[Estudante da UFSC morre após ser atropelada por automóvel em Florianópolis](#)

[Estudante da UFSC morre atropelada na Beira-mar Norte](#)

[Estudante de 19 anos morre atropelada na calçada em Florianópolis](#)

[Estudante de Pescaria Brava morre vítima de atropelamento em Florianópolis](#)

[Homem que atropelou aluna da UFSC em Florianópolis se apresenta à polícia](#)

[Homem que atropelou estudante em Florianópolis se apresenta à polícia](#)

[Jovem de 19 anos que morreu atropelada em Florianópolis era estudante da UFSC](#)

[Jovem de 19 anos que morreu atropelada em Florianópolis era estudante da UFSC](#)

[Jovem de Pescaria Brava morre vítima de atropelamento em Florianópolis](#)

[Mudanças climáticas podem causar danos em alargamento de Balneário](#)

[Camboriú, alertam especialistas; megaobra completa 1 ano](#)

["O desvio de função dos militares pode gerar problemas para as democracias", diz pesquisadora das Forças Armadas](#)

[Por que o neonazismo tem aparecido em escolas e universidades? E o que fazer?](#)

[Posse da Acafe vai acontecer no dia 12 de dezembro](#)

[Shows de música e feira vegana são atrações do fim de semana em Niterói](#)

[UFSC obtém autorização judicial para cultivar e produzir insumos de Cannabis em pesquisa científica](#)

[Universitária morre atropelada em faixa de pedestre em Florianópolis](#)

[Universitária morre atropelada em faixa de pedestre em Florianópolis](#)

[Universitária morre atropelada em faixa de pedestre em Florianópolis](#)

04/12/2022

[“A necessidade faz você lutar”, afirma Dona Celma](#)

[A pílula azul dos patriotas bolsonaristas](#)

[Aborto, ciência e mortalidade materna](#)

[Cientistas apontam alimentos que dão sensação de felicidade](#)

[Sul-matogrossense Lúcia Aguiar representa o Brasil e conquista Bronze no XX Campeonato Sul-Americano de Atletismo Máster, na Colômbia](#)

[Universitária da UFSC morre atropelada em faixa de pedestre em Florianópolis](#)